

DUC IN ALTUM



**FACULDADE  
DAMAS**

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**RAYANA ALVES CESAR DA SILVA**

**REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE OS ESTADOS  
UNIDOS E CUBA: Realismo estratégico ou conveniência idealista?**

**RECIFE  
2018**

**RAYANA ALVES CESAR DA SILVA**

**REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE OS ESTADOS  
UNIDOS E CUBA: Realismo estratégico ou conveniência idealista?**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC, em cumprimento a exigência para o título de Bacharel.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro**

**RECIFE  
2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4/2116

S586r Silva, Rayana Alves Cesar da.  
Reatamento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e  
Cuba: realismo estratégico ou conveniência idealista? / Rayana Alves  
Cesar da Silva. – Recife, 2018.  
65 f.

Orientador: Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações  
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.  
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Cuba. 3. Guerra fria. 4. Barack  
Obama. I. Castro, Thales Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução  
Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-186)

**RAYANA ALVES CESAR DA SILVA**

**REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE OS ESTADOS  
UNIDOS E CUBA: Realismo estratégico ou conveniência idealista?**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC, em cumprimento a exigência para o título de Bacharel.

Recife, de dezembro de 2018.

---

Prof. Orientador Thales Cavalcanti Castro, Dr.

---

Prof. Marcondes Roberto Pereira Souto, Me

---

Prof. Luis Emmanuel Barbosa da Cunha, Me

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus pais, marido e filhas por estarem presente me apoiando, incentivando e acreditando em mim nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu orientador professor Thales Castro pelo apoio e incentivo dado não só no trabalho de conclusão, como também no decorrer de todo o curso.

Agradeço a professora Lytiene Rodrigues pelos conselhos e apoio nos momentos de angústia no decorrer do semestre.

Agradeço aos meus amigos de faculdade Antonio Matias, Nicolle Garrido e Taiane Cássia pelas noites mais engraçadas e muitas vezes preocupantes que tive ao lado de vocês.

## **RESUMO**

Este presente trabalho tem como propósito analisar a decisão do presidente Barack Obama de reatar os laços diplomáticos com Cuba a fim de normalizar as relações entre os dois Estados que foram fortemente abaladas e rompidas no período da Guerra Fria e sua tentativa de por um fim ao embargo que está em vigor a mais de cinquenta anos. Para isso, é necessário compreender o cenário internacional do período da Guerra Fria e como a disputa entre os Estados Unidos da América e a ex União Soviética pela hegemonia mundial afetou a relação norte-americana com Cuba, dando início ao embargo até a gestão do governo de Obama e sua tentativa de normalizar as relações com Cuba.

**Palavras-chave: Cuba. Guerra Fria. Barack Obama.**

## **ABSTRACT**

This academic work aims to analyze President Barack Obama's decision to reattach diplomatic ties with Cuba in order to normalize relations between the two states that were heavily shaken and disrupted in the Cold War period and their attempt to end the embargo that has been in force for more than fifty years. For this, it is necessary to understand the international scenario of the Cold War period and how the dispute between the United States of America and the former Soviet Union for world hegemony affected the North American relationship with Cuba, starting with the embargo, until the management of Obama's government and his attempt to normalize the relations with Cuba.

**Keywords: Cuba. Cold War. Barack Obama.**

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>1. REALISMO, NEO-REALISMO E IDEALISMO.....</b>  | <b>11</b> |
| 1.1. O Realismo nas Relações Internacionais.....   | 11        |
| 1.2. O Neo-Realismo.....   | 24        |
| 1.3. O Idealismo.....  | 25        |
| <b>2. O CONTEXTO DA GUERRA FRIA E A RELAÇÃO CUBA X<br/>ESTADOS UNIDOS.....</b>                           | <b>31</b> |
| 2.1. Panorama sobre a Guerra Fria.....   | 31        |
| 2.2. A Revolução Cubana e a invasão a Baía dos Porcos.....   | 34        |
| 2.3. O embargo econômico.....  | 38        |
| 2.4. A política externa americana e as relações com Cuba.....  | 39        |
| 2.5. O fim da Guerra Fria.....   | 44        |
| <b>3. RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CUBA NO PÓS-GUERRA<br/>FRIA E APROXIMAÇÃO NO GOVERNO OBAMA.....</b> | <b>46</b> |
| 3.1. Relações Cuba x Estados Unidos Pós-guerra Fria até a era Obama.....                                 | 46        |
| 3.2. Governo Obama.....  | 52        |
| 3.3. Aproximação entre Estados Unidos e Cuba no governo Obama.....                                       | 55        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>60</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>   | <b>63</b> |



## INTRODUÇÃO

Após a independência de Cuba da Espanha com a ajuda dos Estados Unidos no ano de 1898, a ilha fica submetida aos interesses norte-americanos através da Ementa Platt, autorizando os Estados Unidos a interferir em Cuba na medida em que achassem que seus interesses estavam sendo contrariados.

Durante o governo de Fulgêncio Batista, Cuba viu sua população ficar imersa na ditadura, desemprego, aumentando a fome e ocasionando uma insatisfação nos habitantes locais que queriam melhorias no sistema e a busca por mais direitos.

Em 1959 houve a Revolução Cubana, que pôs fim ao governo de Fulgêncio Batista através de um golpe dado pelos irmãos Fidel e Raul Castro, além da ajuda de Che Guevara. Com Fidel no poder, Cuba adota o comunismo e esse sistema é aprovado pela população local e varias reformas no sistema cubano foram feitas, tanto no setor agrário, quanto social.

Porém, como a ilha era submissa aos interesses norte-americanos, os Estados Unidos que disseminava o sistema capitalista no mundo, viu tal medida como ofensa. E como ele era o principal fornecedor de matéria prima a Cuba e principal comprador do açúcar cubano que era responsável pela arrecadação da maior parte do PIB da ilha. O Estado norte-americano não vê outra opção senão decretar o embargo econômico a Cuba, isolando-a do resto do mundo. Esse episódio acabou mais tarde em 1961, rompendo de vez as relações entre os dois Estados.

Devido a isso, Cuba não viu outra opção senão se aliar com o principal inimigo dos Estados Unidos, a União Soviética, que também tinha o sistema comunista no seu território. Uma vez que os norte-americanos e os soviéticos travavam uma dura batalha para se firmarem como principal e única potencia mundial, o objetivo do Estado norte-americano era conter e acabar com o comunismo no mundo e estabelecer o sistema capitalista nos outros Estados. Então, essa aliança entre Cuba e os soviéticos foi vista como afronta e traição por parte dos cubanos para os Estados Unidos. Além, da preocupação vinda dos Estados Unidos da proximidade territorial entre o seu Estado e Cuba, podendo ocasionar um possível ataque vindo do lado soviético. Como poderia ter acontecido durante a Crise dos Mísseis no ano de 1962.

Desse período até antes do governo do presidente Barack Obama e a sua decisão para retomar o contato entre os dois Estados, ambos procuravam se evitar ao máximo. O modo de governo de Raul Castro ajudou na tomada de Obama a retomar as relações. Já que, Raul não compactuava de todos os pensamentos do seu irmão e ex-presidente Fidel. E após Obama visitar Cuba em 2016, a esperança do fim do embargo aumentou não só entre os dois Estados, como também no resto do mundo.

Deste modo, após fazer uma análise do processo histórico entre os dois Estados e a política externa de Obama, este trabalho de conclusão pretende responder a pergunta: Reatamento diplomático dos Estados Unidos e Cuba em 2014: realismo estratégico ou idealismo convencional de Barack Obama?

Este trabalho de conclusão possui o objetivo geral de analisar a decisão de reatamento do presidente dos Estados Unidos Barack Obama em dezembro de 2014 partiu de um realismo estratégico ou foi movido por um idealismo convencional.

Possui como objetivo específico revisar bibliograficamente a literatura referente aos aspectos conceituais de política externa, política externa americana, realismo e idealismo; construir historicamente o cenário conjuntural político entre Estados Unidos e Cuba durante a Guerra Fria; discorrer sobre a política externa americana durante o governo Obama e fazer a análise baseada nas teorias realista e idealista, identificando as variáveis que levaram a tomada de decisão do reatamento diplomático com Cuba.

Este tema é de essencial e importante relevância tanto para a academia quanto para o estudo das Relações Internacionais. Essa decisão, do reatamento diplomático representa um novo marco na história das Relações Internacional e mundial. Pois, os dois Estados mantiveram-se afastados por mais de cinquenta anos e graças à política externa exercida pelo presidente Barack Obama e a saída de Fidel Castro da presidência de Cuba, sendo a liderança do governo transferida a seu irmão Raul Castro. O fim do embargo agora pode ser visto como algo real e possível de acontecer. Além disso, há a questão das famílias cubanas que vivem nos Estados Unidos e seus descendentes que são afetados e impedidos de visitarem a ilha cubana e o embargo também proíbe empresas norte-americanas a negociarem com a Cuba,

sendo assim, essa medida adotada na Guerra Fria também afeta o comércio internacional entre os interessados nos dois Estados.

Entender como se deu a decisão da reaproximação entre os dois Estados e o objetivo do presidente norte-americano é de grande importância e desafiador para mim como estudante das Relações Internacionais, apreciadora do estilo *American way of life* e admiradora da gestão Obama. Estudar este tema vai além de estudar apenas Estados Unidos e Cuba. Mas sim, entender e compreender um dos maiores acontecimentos históricos mundiais que tive a oportunidade presenciar no ano de 2014, algo que antes era visto como impossível de acontecer, devido ao grande tempo que o embargo está em vigor e as gestões anteriores dos ex-presidentes norte-americanos.

Quanto aos aspectos metodológicos, este trabalho de conclusão possui um caráter qualitativo, busca analisar a política externa de Obama em relação ao reatamento diplomático em dezembro de 2014 com Cuba através do estudo de caso, partirá do pressuposto (hipótese) que o fim do embargo representa uma tentativa de reaproximação dos Estados Unidos no campo político regional Latino-Americano.

“A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.32)

Segundo Almeida e Navega (2008) A política externa pode ser considerada como uma política pública, apesar de ser executada fora das fronteiras dos Estados, pode afetar os reais objetivos e os resultados. Pública, porque ela varia de Estado para Estado de acordo com seus interesses postos em questão. No quais as tomadas de decisões e ações serão constituídos por mais de um indivíduo, no caso o corpo burocrático responsável pela diplomacia profissional, vão levar em consideração situações externas para necessidades internas e os limites a serem abordados. Cabe ao governo analisar a posição do seu país no cenário internacional para então poder agir estrategicamente através da sua política externa.

Este trabalho de conclusão de curso foi dividido e estruturado do seguinte modo, o primeiro capítulo foi estudado a teoria Realista e a teoria Idealista, suas principais características e pensadores para poder entender melhor o cenário da Guerra Fria, as decisões tomadas pelos Estados Unidos e Cuba durante esse período, o Pós-Guerra Fria até o governo

Obama. Para que no final, possa analisar qual teoria se encaixou melhor no processo decisório de reatamento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba.

O segundo capítulo faz uma construção histórica do início da Guerra Fria, o alinhamento de Cuba com a União Soviética, o afastamento dos Estados Unidos, a Revolução Cubana, Invasão a Baía dos Porcos, o início do embargo, a Crise dos Mísseis de 1962 até o declínio da União Soviética pondo o fim a Guerra Fria. Analisando o impacto causado a Cuba que acabou sendo fortemente afetada com a queda da agora ex União Soviética e o embargo instituído pelos norte-americanos na tentativa de isolar do mundo Cuba para que ela abandonasse o comunismo.

Por fim, o terceiro capítulo faz a análise da política externa norte-americana para Cuba no Pós-guerra Fria, até o fim do governo Obama. Para que finalmente, possa responder a questão que me levou a realizar este projeto de conclusão de curso. Que será respondida nas considerações finais do trabalho acadêmico.

## **1. REALISMO, NEO-REALISMO E IDEALISMO.**

Neste capítulo serão apresentados os aspectos básicos e fundamentais das teorias realista, neo-realista e idealista das relações internacionais. Considerando suas diferenças e semelhanças, suas premissas e características específicas. O objetivo deste capítulo é apresentar as teorias para então analisar o fenômeno-objeto da pesquisa e visualizar qual teoria mais se aproxima do seu processo explicativo. Para isto, o capítulo foi dividido em subtópicos, os quais abordarão sobre cada teoria, de forma mais precisa.

### **1.1. O realismo nas relações internacionais**

A teoria Realista é no contexto das Relações Internacionais vista como uma das mais importantes para análise da política internacional. O realismo tem como fundamento teórico o poder, a auto-ajuda, o Estado, a anarquia e a sobrevivência para poder explicar a relação entre Estados nacionais que são tratados como indivíduos unitários no cenário internacional, levando em questão seus aspectos militar como forma de promover a paz e a diplomacia com foco na sua segurança nacional dentro do cenário internacional. Ela vai contra a teoria Idealista – que será abordada ainda neste capítulo.

O realismo emergiu como teoria dominante após a Segunda Guerra Mundial, para explicar os próprios atores e as relações entre atores e o cenário internacional. A teoria realista se baseia em premissas de autores clássicos para composição da sua agenda, um deles é o Tucídides. Com base na sua obra, *A Guerra do Peloponeso*, os realistas destacam o conceito da autodefesa através do equilíbrio de poder, trazendo-o para o cenário internacional, onde a busca pela sobrevivência, a negligência aos valores morais e uma perspectiva relativa de justiça compõe um conjunto de elementos estruturantes dessa corrente de pensamento.

Segundo Tucídides (1927), os Estados buscam garantir sua segurança dentro do cenário em que estão inseridos, promovendo a defesa contra possíveis ameaças que possam afetá-lo. Um dos meios para alcançar a segurança é a busca por aliados e alianças com outros Estados para maximização do seu poder como meio de sobrevivência e de busca pela hegemonia.

Devemos levar em consideração que o princípio da cooperação não vem a ser de suma relevância para o realismo, exceto em casos que vise garantir a segurança estatal e sua autopreservação. No quais os Estados vão analisar os ganhos e perdas que essa cooperação vai proporcionar perante seus interesses e objetivos. Se a cooperação trazer mais perdas do que ganhos, então é provável que haja pouco interesse do Estado em aderi-la, caso contrário, pode ser tornar um instrumento de maximização de poder.

“O realismo clássico inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos” (CASTRO, Thales, 2012, p.316).

Outra premissa realista é a busca pela maximização do seu poder de acordo com seus interesses. Ou seja, suas relações e ações vão ser baseadas nos interesses, seus ganhos e naquilo que traz maior possibilidade de maximização do poder diante dos outros Estados no cenário internacional, visando o desejo de alcançar a hegemonia dentro do cenário. Neste sentido, por vezes, os efeitos colaterais de sua atuação são desconsiderados as conseqüências que seus interesses próprios geram-nos outros atores (SARFATI, 2005).

Sarfati (2005, p.10):

“O interesse próprio nos remete a racionalidade em relações internacionais. É uma premissa extremamente lógica que qualquer país, assim como qualquer pessoa, busque fazer aquilo que lhe traga mais benefícios, independentemente do impacto disso ao seu redor. Se um país tem a capacidade, os meios, enfim, o poder de ser líder, ele o será, pois da liderança sempre surgem benefícios que satisfazem os interesses dos países e de seus cidadãos.”

Para Tucídides (1927), os Estados buscam balancear o poder, para que haja um equilíbrio entre eles. Pois, isso seria um caminho para manutenção da paz, evitando o conflito. Se um Estado está emergindo seu poder militar e econômico, as potências poderão sentir-se inseguras com essa ascensão e conseqüentemente vão se sentir ameaçadas por ele. Essa insegurança poderá gerar guerra, a fim de garantir a manutenção da paz e para evitar o

conflito os Estados ameaçados buscam a balança de poder<sup>1</sup>. Com isso, eles poderão se equiparar. Em caso de desequilíbrio entre eles, possivelmente, geraria um conflito.

Ainda para Tucídides (1972), as potências que usam da força como forma de coerção não conseguem manter seu domínio por muito tempo. Por causa do déficit econômico e militar, os Estados aliados não vão ficar reprimidos por tempo indeterminado. Podendo ocasionar uma possível traição ou mudança de posicionamento. Ele afirma que deverá existir a percepção vinda do Estado aliado de obter algum ganho para que ele se submeta ao controle de um hegemônico. E que, a potência dominante deve se basear em algum princípio ideológico para manutenção e a legitimação desse controle.

Além de Tucídides, outro autor muito influente na teoria Realista é o Nicolau Maquiavel. Maquiavel defende que os Estados busquem sua independência, tendo suas relações de um modo anárquico. Nessas relações, os Estados considerados maiores vão buscar governar aqueles que são considerados menores. Portanto, os Estados devem possuir um bom exército e boas leis para manutenção da ordem, pois, um não pode ser bom se o outro também não for.

Ainda para Maquiavel (1997), o poder é algo visto como necessário, assim como a balança de poder e alianças para manutenção da segurança estatal. Os realistas definem as relações estabelecidas entre as Cidades-estados na visão de Maquiavel, como relações sem princípios morais ou éticos. Em que, segundo Maquiavel (1997) elas não devem reger as ações dos governantes. Neste quadro, os autores realistas trazem este conceito para o cenário internacional, atribuindo ao Estado uma atuação amoral, ou seja, uma atuação destoante de princípios morais.

Há uma busca constante entre a dominação de outros e a independência. Para isso, conforme Maquiavel (1997) deve existir a figura de um príncipe (um governante) com o objetivo de manter e preservar seu Estado. Esse príncipe possui força legítima e militar capaz de prover a manutenção da ordem e do progresso, preservando os interesses do Estado.

---

<sup>1</sup> Para Tucídides uma forma de manutenção da paz era a conjunção de um cenário de equilíbrio de poder, onde as potências antagônicas não sentiriam condições de atacarem-se, devido à paridade de suas forças, ou seja, elas se anulariam e num provável conflito, não haveria vencedor. No entanto, havendo o desequilíbrio dessa “balança”, o conflito seria inevitável. Disponível em: SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo, Saraiva, 2005, p. 66.

Como a natureza do cenário internacional é uma natureza anárquica<sup>2</sup>, ele via a segurança baseada na vontade de uns Estados sobre os outros. De acordo com Maquiavel (1997), os Estados devem evitar a guerra para que haja a manutenção da paz e segurança estatal. No entanto, os mesmos devem estar preparados para batalha iminente. Pois, através do uso da força e da coerção, a manutenção da paz e a segurança dos Estados poderiam ser atingidas.

Maquiavel (1997) busca analisar a realidade como ela realmente é, em sua essência, e não como desejaríamos que ela fosse ele vê a política como modo de assegurar a existência coletiva, sendo ela autônoma, tratando as coisas como elas realmente são com toda sua complexidade. E que as ações são mensuradas pelos resultados obtidos e não através das intenções. Baseado nas premissas de Maquiavel (1997), a teoria realista não vê a cooperação no cenário internacional como algo realmente necessário, onde, o seu uso ocorre com uma finalidade ofensiva ou defensiva de um ou mais de um Estado por um curto período de tempo. Sugere que o Estado não faça alianças com Estados mais fortes do que ele, a menos que seja necessário, pois, isso trará como consequência uma posição subordinada diante do Estado dominante.

Para Maquiavel (1997) há a necessidade de um indivíduo racional, para manter a ordem, a legitimidade política, com poder soberano e astuto no exercício dos interesses do Estado. Na garantia de um Estado laico e uma política centralizada. Defende o conflito como um mal necessário. Neste sentido, o Estado é guiado pela ambição, riqueza, glória e vaidade para consolidação do seu poder dos outros Estados. Ou seja, em busca de riqueza e glória, muitos Estados podem ser guiados pelo impulso ou violência, de seus governantes, para garantia dos seus interesses.

A teoria realista considera também as premissas dispostas por Thomas Hobbes para a composição de sua agenda. Segundo Hobbes (2000), a existência de um Estado de Natureza humana – em que os homens nascem iguais, com os mesmos direitos e capacidades parecidas, e procuram através de suas ações, a sobrevivência e a garantia dos seus interesses particulares – é um atributo fundamental para entender o comportamento humano e a existência do

---

<sup>2</sup> Neste contexto, termo anarquia trata-se de um cenário com ausência de um poder centralizador no nível internacional, ausência de um poder central que consiga reger as relações no cenário internacional.



Estado. O Estado de Natureza hobbesiano determina que num cenário anárquico vá prevalecer a disputa, constante, de todos contra todos. Um cenário caótico e desordenado, onde a figura do Estado é essencial para trazer à paz, a ordem, a organização.

Segundo Nogueira e Messari (2005, p.22) “Para os realistas, a falta de um soberano que tenha o monopólio do uso legítimo da força nas relações internacionais é comparável ao Estado Natureza de Hobbes.”

Para Hobbes (2000) a existência de um Estado que seja soberano, legítimo e centralizado seria o elemento responsável por trazer a paz e, conseqüentemente, por mantê-la. Em seu livro o *Leviatã*, Hobbes (2000) parte do pressuposto que o egoísmo humano não pode ser completamente satisfeito pelo mundo, que o homem possui o seu Estado de Natureza baseado na liberdade, para viver e satisfazer as suas vontades. Portanto, para Hobbes (2000), um homem pode cobiçar pertences alheios, ao passo em que seus pertences também podem ser cobiçados por outrem. Neste quadro, esse cenário seria caracterizado por um clima de inimizade, de disputas, de conflitos gerando, conseqüentemente, o caos, a desordem. Assim, a alternativa a este cenário seria a criação de um cenário de ordem, de paz, de harmonia, que seria possível apenas através da figura do Estado. Para Hobbes (2000) o único caminho para trazer a paz e a ordem seria através da criação de um Estado forte e centralizado, em que o homem teria que abdicar parte de sua liberdade em função do Estado, através de um “contrato social”.

Sendo assim, para Hobbes (2000) num ambiente em que há ausência de uma autoridade capaz de regulamentar e manter a ordem através de normas e coerção ocasionaria num estado de anarquia e desordem, onde, seria “cada um por si” numa constante busca pela sobrevivência e pelo poder. Neste sentido, a existência de uma entidade soberana é fundamental para existência da humanidade. Trazendo o Estado Natureza hobbesiano para o campo das relações internacionais, então, Estado de Natureza dos Estados seria um cenário de guerra constante. “Os estados existem para controlar o estado natural de guerra do ser humano, que é norteado pela competição, desconfiança e glória” (SARFATI, 2005 p.72). É a luta constante dos Estados entre si.

Segundo Castro (2012, p. 311):

“É a luta do poder e pelo poder no meio social que vai se formando, gerando a perspectiva de desigualdade na esfera externa. A autotutela é outra marca associada ao realismo, isto é, a constatação de que o detentor de poder e de domínio sobre os demais seres tende a possuir uma percepção de que pode ser autor e julgador dos seus atos autolegitimados.”.

Analisando o cenário internacional pela perspectiva do pensamento hobbesiano, é possível destacar três razões básicas para que haja guerra, são elas: a competição, a desconfiança e a glória. A competição seria referente a constante busca para atingir os interesses e expectativas levando o Estado a uma competição com outros na busca do seu benefício próprio e maximização do seu poder. Seria a busca pela maximização do poder com a finalidade de superar seus concorrentes (SARFATI, 2005)

Já a desconfiança seria uma consequência gerada pelo clima de competição entre os Estados, como há uma competição constante entre os Estados, a desconfiança se caracteriza como uma reação de autoproteção a atuação dos demais atores deste cenário. Por fim, a glória seria a própria superação dos Estados concorrentes, trazendo uma posição de hegemonia para o Estado em destaque. Sendo assim, a glória viria através do reconhecimento do status de potência hegemônica deste Estado (SARFATI, 2005).

Segundo a perspectiva hobbesiana, a ausência de uma entidade soberana com capacidade de reger as interações entre os Estados, torna o cenário das relações internacionais anárquico, logo, o seu Estado de Natureza seria a guerra – tendo em vista que os Estados tendem a buscar pela maximização de poder. Considerando também a presença de elementos como a competição, a desconfiança e a glória, na busca pela maximização de poder, então a ordem e a paz no meio internacional viria através de uma política de equilíbrio de poder, em que os Estados devem buscar limitar o poder uns dos outros na tentativa de inibir o crescimento natural gerado pela maximização de poder (SARFATI, 2005).

Segundo Castro (2012, p.317):

“Uma das principais premissas do realismo clássico é, em suma, que as relações humanas e, em última instância, as Relações Internacionais são centradas no poder, tendo à lógica da dominação como seu combustível.”

Segundo Sarfati (2005) Edward Carr faz uma crítica ao idealismo, em que se baseia em duas características fundamentais, a primeira é “o foco no Estado-nação como único ator relevante das relações internacionais” (SARFATI, 2005, P. 88). Para ele, os Estados são seres soberanos e unitários que são enxergados de modo independente das suas políticas internas e eles coordenam as relações internacionais, fazendo com que as ações do governo sejam consideradas as mesmas ações do Estado.

Para Carr (1981), as organizações intergovernamentais internacional não podem estar acima dos Estados e nem serem vistas como ator nas RI, e que no momento em que o Estado decide pela participação num organismo internacional, ele o fará com base no interesse nacional, visando obter ganhos. A partir do momento que essa participação for custosa a ponto de superar os ganhos obtidos, ele sairá dela.

A segunda característica apontada por Sarfati (2005, p. 88) é “o foco no poder como motivador das ações dos Estados” o poder é o que realmente importa nas relações internacionais, e que a partir do momento que ele passa a ser ignorado, a defesa da sobrevivência estatal também é ignorada, pois, estará desconsiderando o motivo da existência deles dentro do sistema internacional que é a busca pela sobrevivência.

Para Carr (1981), os divergentes interesses que as nações possuem, provocam conflitos ao serem defendidos “a qualquer custo”. A moral não é o centro da política internacional, em que há a sobrevivência dos mais fortes, pois, só os que estão mais bem preparados e que possuem maior poder são capazes de se manter no sistema internacional e que os Estados tem que aprender a se adequarem dentro do sistema internacional para garantir a sua sobrevivência.

Segundo Carr (1981) o poder é dividido em três categorias: poder militar, poder de opinião e poder econômico. A primeira, o poder militar, é considerada um *high politic*, ou seja, demonstração mais alta de poder e será utilizado em última instância num conflito pra garantir sua sobrevivência no cenário internacional. A segunda, o poder de opinião, é uma complementação instrumental do poder bélico, é a forma de como a persuasão é utilizada dentro da política na promoção dos interesses de um Estado sob o outro nas negociações. E por último, a terceira, o poder econômico também existe para auxiliar o poder político estatal, sendo dominada pelo poder militar; é considerado um *low politic*. O poder econômico pode

ser de suma importância para estabelecer uma relação de domínio com outros Estados, defendendo a existência dele, para preservação e o desenvolvimento do poder militar.

“O poder o Estado deve ser visto como um todo indivisível, ou seja, ele é dado pela conjugação dessas três formas de poder, por conseguinte, não se pode dizer que, se um Estado tem um grande poder econômico em comparação a outro, ele seja mais poderoso, sem levar em consideração a conjugação das outras duas esferas de poder.” (SARFATI, 2005, p.90)

De acordo com Sarfati (2005) um Estado não pode ser julgado como o “mais poderoso” apenas sob a análise de uma ou duas das três formas de poder classificadas por ele. Deve-se olhar todo o conjunto, já que, os três poderes não se separam e a partir daí, chegar ao resultado, se o Estado é ou não o mais poderoso no cenário internacional.

Já sobre a segurança internacional, conforme Carr (1981), apenas através da ameaça e do uso da força que é possível a garantia de conseguir estabilizar a segurança internacional e não através de leis ou sociedades internacionais. Em outras palavras, para Carr (1981), a esfera internacional é um espaço, essencialmente, constituído pelo domínio da força.

Segundo Morgenthau (2003), o contexto da política externa dos Estados Unidos no pós-guerra, e também das relações entre nações e as forças que os contornam, demonstra a mudança dentro do sistema internacional, após a Segunda Guerra Mundial. No qual o contexto deixou de ser multipolar, considerando quedas e ascensões das potências europeias, e passou a ser bipolar, numa disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, e cada um desses dois Estados acreditava que a sua visão de mundo era a mais adequada para o cenário internacional.

Esse contexto foi dividido em três partes:

“Substituição do multipolarismo pelo bipolarismo, cujos centros estão fora da Europa Ocidental; segunda, divisão da ‘unidade moral’ em dois sistemas antagônicos de pensamento que disputam entre si a lealdade dos homens; terceira desenvolvimento da tecnologia nuclear que poderia levar a destruição da humanidade” (SARFATI, 2005, P. 91)

Morgenthau (2003) organizou as premissas centrais das Relações Internacionais e procurou salientar a mudança dentro do sistema internacional, após a Segunda Guerra Mundial. Ele organizou as premissas nos tópicos seguintes:<sup>3</sup>

1. Estado: tem como função a manutenção da paz dentro do seu território, estabilidade doméstica e a segurança da sua população contra ameaças externas. Ele vai ser o único ator unitário, central e racional no contexto das Relações Internacionais que vai esboçar reações com base na defesa do que ele acredita ser de interesse nacional;

Morgenthau (2003) ainda afirma que o Estado convive com duas realidades distintas uma interna e a outra externa. Na interna ele é o ser soberano e legítimo para dar ordens e impor suas decisões. Já na externa o Estado é visto como ator nas relações internacionais com a função da manutenção, e a defesa dos seus interesses nacionais.

2. Anarquia: ausência de uma autoridade legítima forte o suficiente para manter a ordem e punir aqueles que vão contra suas regras. Nas relações internacionais não há a existência de apenas um Estado soberano capaz de reter para si todo monopólio e uso da força como algo legítimo. Os realistas acreditam na existência de múltiplos poder que vão ser soberanos para balancear o poder num ambiente de desconfiança. Onde, a segurança de um ator estatal só poderá ser obtida com a falta dela em outro ator estatal;
3. Sobrevivência: Para os realistas, o interesse nacional do Estado é visto como busca pela sobrevivência. A sobrevivência do Estado representará a sobrevivência dos indivíduos que o compõe;
4. Poder: é considerado como elemento central nas relações internacionais com várias definições e sua capacidade de influenciar e de ser influenciado.

---

<sup>3</sup> Disponível em: NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Correntes e Debates**. Elsevier, Editora Ltda, 2005.

“Enquanto Morgenthau afirma que os Estados procuram o poder visando à manutenção do *status quo*, a expansão ou ao prestígio, Waltz define o poder como um meio para garantir a sobrevivência e a segurança.” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005 p.29).

Para os realistas, quando os Estados acreditam que seu interesse nacional está sob ameaça pelo poder de uma potência, ele vai procurar se juntar com Estados que vão contra essa potência e são considerados menores, para tentar fazer a balança de poder, o equilíbrio de poder.

5. Auto-ajuda: Apesar de buscar a cooperação com outros Estados para garantia de sua sobrevivência, nenhum Estados pode esperar que outros irão defendê-lo completamente. Pois, apenas você vai ser responsável pela sua própria segurança. Já que, esse mesmo Estado que cooperou com você, poder vir a se tornar uma ameaça futura.

Segundo Nogueira e Messari (2005, p.31):

“Nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência. Cada Estado só pode contar de maneira integral e completa com suas próprias capacidades para de defender e permanecer como ator nas relações internacionais.”

O aparecimento das armas nucleares marcou a história, pelo fato do seu alto poder destrutivo ser capaz de eliminar cidades, os governantes passaram a ser mais cautelosos nas suas tomadas de decisões e passaram a levar em consideração essa nova tecnologia. E que somente através do equilíbrio de poder, a paz mundial poderia ser alcançada.

Morgenthau (2003) defende a segurança e hegemonia dos Estados como principal objetivo da política externa. Ele lançou um livro chamado *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* no qual estabelece seis princípios básicos para que haja um realismo político, são eles:<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília, Editora Unb/Ipri, 2003.

1. Leis Objetivas: assim como a sociedade, a política é administrada por leis que são objetivas nas quais vão ter sua origem na natureza humana. Ou seja, se o objetivo é a melhora da sociedade, devemos parar para analisar e entender o porquê as leis foram feitas e quais eram ou são as necessidades presentes. Sendo assim, as leis são criadas de acordo com a necessidade e interesse das pessoas, elas vão ser imutáveis e não podem ser ignoradas de acordo com alguns comportamentos. Devemos analisar as informações, para poder darmos um sentido racional;
2. Poder: Há uma conexão entre a razão e os fatos, pois, a razão busca entender a política internacional. A busca pelo poder é o interesse principal entre os Estados nacionais que são baseados nos seus benefícios e perdas dentro das relações de política externa. Vão levar em consideração aquilo/aquele que vai trazer um maior ganho para ele, com menores perdas;
3. Variação de poder: as ações políticas são baseadas nos interesses de um determinado período de tempo histórico, político e cultural, fazendo com que elas variem e não sejam imutáveis. E que o poder nunca deixou de existir nas relações entre as pessoas, independente de haver ou não a existência de um Estado;
4. Princípios morais: a moral e a ética são usadas para explicar os interesses dos Estados, mas não sua forma de agir. A moral e a política são vistos como formas separadas, pois, o poder influencia diretamente na política. Quando examinamos a moral e a ética dentro a política devemos levar em consideração os valores morais pertencentes em cada época da história que foram usados para fundamentar e ratificar as ações do Estado, não levando em consideração a análise do comportamento do Estado;
5. A variação dos princípios morais: não existe um principio moral que seja mais correto ou o mais verdadeiro, sendo assim, não se pode ter apenas um principio regendo todo o sistema universalmente. Se alguma nação achar que seus

valores são os mais corretos, esta achará que ele é o ideal para governar a sociedade;

6. Esfera política e sua autonomia: ela não está subordinada a nenhuma ciência, leis ou economia possuindo sua autonomia, que não depende de riqueza ou princípios morais.

“A política internacional sempre implicará a luta pelo poder. O poder, no sentido político, é definido como as mútuas relações de controles estabelecidas entre os titulares da autoridade pública e entre estes e as pessoas em geral. O poder pode ser exercido por meio de ordens, ameaças, autoridade ou carisma de um homem ou de uma equipe de homens ou pela combinação desses fatores.”(SARFATI, 2005 p.93).

O poder é o que vai reger o cenário internacional e como os atores vão se comportar e como serão as suas relações entre eles e os demais atores. No qual ele vai ser praticado através de normas, coerção, uma autoridade legitimada ou simplesmente, por um indivíduo, um grupo de indivíduo ou todos os fatores juntos.

Segundo Sarfati (2005), Morgenthau, classifica o poder da seguinte forma: utilizável e não-utilizável; legítimo e ilegítimo; política de defesa do status quo; política de imperialismo; política de prestígio; geografia; recursos naturais; capacidade industrial; lideranças; quantidade e qualidade das forças armadas e população.

Poder utilizável é exercido através da capacidade de se utilizar a força militar num período de guerra. Já o não-utilizável, é a não capacidade de se utilizar poder nuclear, sendo assim, ao utilizá-los uma parte vai anular a outra, causando a destruição de ambos.

O poder legítimo é aquele que podemos justificar legalmente e moralmente. Sendo assim, o poder ilegítimo é aquele que não podemos justificar através de princípios legais e morais. Política de defesa do status quo é a preservação do poder, assim como, dentro do sistema internacional, a busca para evitar que sua posição seja alterada. Política de imperialismo é a alteração numa estrutura vigente que possibilite a conquista de mais poder. Política de prestígio tem como forma de aquisição e manutenção de poder a ostentação e o ritualismo. Sendo uma política externa complementar a outros tipos de políticas.



A geografia trata da política externa voltada para o território do Estado assim como sua posição no globo. Os recursos naturais são subdivididos em: alimentos, matérias-primas e petróleo. Alimentos: o Estado tem que ser auto-suficiente em recursos alimentícios, para sair em vantagem no sistema internacional, principalmente, se ele estiver em guerra com outros Estados. Matérias Primas: o Estado também tem que ser auto-suficiente na produção de matérias-primas para obter vantagem no sistema internacional. Em especial os insumos utilizados na produção da indústria bélica. Petróleo: é de suma importância que o Estado tenha acesso a recursos como o petróleo. Pois, ele é a base para produção de muitos bens que encontramos no nosso dia-a-dia.

A capacidade industrial trata da capacidade de transformação, tecnológica ou industrial, dos insumos do Estado em bens utilizáveis. A liderança é uma boa forma de conseguir apoio de outros Estados, de acordo com a estratégia elaborada, para alcançar os objetivos traçados. A quantidade e qualidade das forças armadas é fundamental para atingir o máximo de aproveitamento dos recursos militares que estão a disposição do Estado. Deve ter uma boa qualidade de homens capacitados para guerrear, acesso a armamentos, assim como sua fabricação.

A população pode ser subdividida de acordo com: sua distribuição, sua tendência, sua moral nacional, sua índole nacional, sua qualidade de diplomacia e sua qualidade de governo. A distribuição populacional deve ser vista junto com a sua distribuição geográfica dentro do território do Estado. E o seu tamanho pode ser de relevância no quesito de poder, desde que não seja analisado isoladamente. A tendência, futuramente, deve ser levada em consideração a taxa de crescimento populacional, assim como, sua faixa etária. A moral nacional é o grau de determinação em que há o apoio às políticas externas do Estado, por parte da sua população.

A política externa de um Estado é marcada pela sua índole nacional e as qualidades intelectuais e morais a caracterizam. Qualidade de diplomacia trata-se do comportamento, durante a paz, do corpo diplomático, ele é o principal responsável por executar a estratégia internacional do Estado, já em tempos de guerra, os generais assumem o protagonismo. Na qualidade de governo deve haver um equilíbrio entre os recursos humanos e os recursos materiais.

Segundo Morgenthau (2003) deve haver uma balança de poder numa ordem internacional marcada pela anarquia, em que, os Estados são independentes. Essa seria a maneira adequada de alcançar a segurança internacional.

## 1.2. O neo-realismo

A teoria neo-realista tem como figura central Kenneth Waltz. Uma diferença entre o Neo-realismo e o Realismo é que o Realismo vê o comportamento dos Estados como o determinante do sistema internacional, enquanto que o Neo-realismo vê o sistema internacional como determinante do comportamento dos Estados. Em seu livro *Theory of international politics* (1979), Waltz introduz a teoria geral das Relações Internacionais, além de teorias econômicas e sobre administração. Abordando o real significado das leis e teorias.

Segundo Sarfati (2005, p.143) “As leis determinam o padrão de relacionamento entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes”. Sendo assim, consideram-se variáveis dependentes as que se desejam explicar. Já as variáveis independentes vão servir para esclarecer a variável dependente. Tendo as duas uma relação chamada de invariante onde a lei vai ser absoluta.

Na teoria é “conjunto de leis pertencentes a um comportamento particular ou a um fenômeno.” (SARFATI, 2005, p.144), apesar da relação que há entre elas, não significa que apenas isso seja necessário para explicar algo. Pois, afirma que as teorias são feitas para defesa das leis e que as hipóteses são criadas para explicar a realidade que é deduzida da teoria, a confirmação de uma hipótese criará uma nova lei.

Waltz (1979) busca a classificação das teorias de políticas internacional, através de duas classificações, as teorias reducionistas e as sistêmicas.

“As teorias reducionistas explicam os resultados da política internacional por meio dos elementos e das combinações dos elementos localizados no nível nacional ou subnacional; dessa maneira, as forças internas a um país produzem resultados externos e, portanto, o sistema internacional seria apenas o resultado da soma dessas forças... Em uma teoria sistêmica, parte do comportamento das unidades da política internacional e o resultado de suas interações deverão ser encontrados na estrutura do sistema” (SARFATI, 2005 p. 145).

A teoria reducionista tem como foco o indivíduo ou as nações em nível de análise da interação entre as partes para entender como o todo funciona. Ele ainda afirma que o reducionismo não é adequado para ser utilizado como entendimento da política externa, pois, os Estados produzem resultados similares em nível internacional e resultados divergentes em suas relações. Já a teoria sistêmica tem como foco o sistema internacional e é uma forma de resposta a comparação da visão sistêmica versus a analítica.

“Um sistema pode ser definido como um grupo e unidades que interagem entre si. Em um nível, o sistema consiste em uma estrutura (o posicionamento das unidades do sistema) e, em outro, da interação entre as unidades” (SARFATI, 2005 p. 145).

Defende que o modo como os elementos são organizados, vai alterar as relações e o comportamento entre as unidades. Em outras palavras, para a perspectiva sistêmica a organização e estruturação dos atores no cenário é o elemento determinante do comportamento destes atores, enquanto que a perspectiva reducionista estabelece o comportamento dos atores como elemento determinante do sistema, da estrutura, logo, o sistema depende da organização das unidades.

### **1.3. O idealismo**

O idealismo vai à contraposição à teoria realista, influenciando o “*Século das Luzes*”, um dos seus principais filósofos é Kant que elaborou o idealismo transcendental, uma terminologia posta à epistemologia do século XVIII, da natureza do relativismo comandou a vida intelectual do século XX. Suas obras serviram de inspiração para a criação da filosofia alemã moderna. Kant tenta entender o papel da razão, como usá-la e até onde vai o seu limite. Tinha como base de suas reflexões três questionamentos: 1. “Que posso saber? 2. Que devo fazer ? 3. Que me é dado a esperar?”. Questionando a real importância do indivíduo no mundo. Em seu livro *A Crítica da razão pura* Kant defende a liberdade e a moralidade e no livro *A paz perpetua* defende o término de todas as guerras, o exercício da diplomacia de forma pública, com acordos que vão obedecer a leis criadas internacionalmente por federações. Para isso, ele enumera seis artigos que vão ser preliminares para a constituição da paz e depois serão três definitivos.

O idealismo clássico tem como pensador Marsílio de Pádua, no seu livro *O defensor da paz*, ele procura explicar como a paz é estabelecida, a sua manutenção, como ela pode ser bloqueada ou extinta. Para Pádua (1997), o homem nasce inocente e a partir do momento que é introduzido dentro da sociedade passa ao “pecado”. Sendo assim, tem a sua essência ao nascer pura, mas ao conviver em sociedade ele se corrompe.

Com base no livro *Política* de Aristóteles ele cria a sua comunidade considerada perfeita para o alcance da paz. Essa comunidade possui seis partes conhecidas como *Civitas*.<sup>5</sup>

1. Agricultura: responsável pela produção e manutenção das ações nutritivas
2. Artesanato: responsável por proporcionar melhores condições de vida ao homem, através da sua adaptação no mundo.
3. Governo ou Judicial: regular os excessos
4. Exército: mantém a segurança interna e externa
5. Financeiro: administra a riqueza, coordena atividades internas e vê as futuras necessidades.
6. Clero: atividades relacionadas a Deus.

“Pádua acredita que a criação de uma comunidade com divisões de responsabilidade seria uma importante forma de organização para superação das dificuldades eminentes da sobrevivência. No entanto, logicamente, a organização comunitária teria de conviver com conflitos e, para isso, Pádua cria uma autoridade que é ao mesmo tempo, deliberativa, e jurídica, de modo a colocar ordem dentro da comunidade.” (SARFATI, 2005, p.76)

Pádua foi um escritor da época da Idade Média, antecedente ao surgimento do Estado Moderno. Já nessa época ele previa a existência de duas organizações para manutenção da paz. Uma deve ser ter o poder decisório e jurídico e a outra o coercitivo como forma de prover a paz.

Thomas More em sua obra *A utopia*, ele cria uma ilha considerada perfeita, composta por 54 cidades, com o mesmo idioma e regidos pelas mesmas leis e instituições. Nessas ilhas os governantes eram escolhidos quatro homens com mais capacidade entre o povo e as famílias escolhiam quem ia governar. Ainda na obra, a guerra é vista como algo brutal e selvagem, sendo repudiada. Mesmo assim, ele defende a separação de um período de tempo

---

<sup>5</sup> Fonte: SARFATI, Gilberto. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. São Paulo, Saraiva, 2005, p. 76.

no ano para que haja uma preparação com exercícios militares. Ou seja, apesar de evitar o conflito, eles têm que estar preparados para batalha em necessidade de autodefesa ou ajuda dos seus aliados sendo considerada uma “guerra justa” (SARFATI, 2005).

Segundo Sarfati (2005, p.77)

“Em determinadas situações (defesa ou socorro a aliados), a guerra, naturalmente abominável, é legítima, isto é, ela tem uma sustentação moral para ocorrer. Logicamente, a guerra injusta, é aquela em consequência de um ato de agressão e, por esta razão, o agressor sempre seria o lado “injusto”, e o lado agredido, o lado “justo” da guerra.”

Abade de Saint-Pierre defende o processo de integração como forma de estabelecer a paz. É considerado o pai da integração europeia. Apesar de o processo começar a acontecer em 1958, Saint-Pierre em sua obra *Projeto para tornar perpetua a paz na Europa* já previa essa unificação como forma de manutenção da paz. Ele imaginou que se houvesse uma união dentro do território europeu, feita a partir de valores comuns, a paz perpétua seria possível. Ele usa o catolicismo como exemplo na época, e com isso não haveria tantas quebras de acordos internacionais estabelecendo uma paz europeia que poderia ser alcançada em nível mundial se ela fosse expandida (SARFATI, 2005).

Jean-Jacques Rousseau faz uma crítica as obras de Saint-Pierre, uma delas é o *Polisínodo*, criticando que o poder legislativo não poderia ser submisso ao executivo. Rousseau acreditava que apenas valores comuns não eram suficientes para promoção da paz entre os indivíduos. Ele defende que, além disso, deve haver uma investigação política de cada soberania. Assim como, critica a interdependência da economia como forma de prover a paz (SARFATI, 2005).

A paz só poderá ser alcançada através de uma “federação de Estados” com soberania interna, mas, que trabalhem em cooperação contra ameaças externas, conectados pelo setor econômico. Segundo Sarfati (2005, p.80) “A guerra não é inerente a natureza do homem, mas sim, produto da vida social.”

Conforme Sarfati (2005), Rousseau afirmava em suas idéias que mesmo um Estado sendo forte, ele não era capaz de evitar a guerra, mesmo que ela fosse feita internamente. E a

constante competição no meio externo vai gerar conflitos e mais conflitos. Defende como solução para promoção da paz uma integração política com pequenos Estados democráticos.

Hugo Grotius tem como fundamento as regras e leis estabelecidas pelos Estados para conter a anarquia descrita por Thomas Hobbes e Maquiavel. Acreditando nos princípios descritos pela teoria realista, porém, ele discordava da guerra e do equilíbrio como conseqüências, afirmando que podem ser evitadas através do direito internacional junto ao direito natural (SARFATI, 2005).

“As convenções e os tratados internacionais seriam vinculantes (*pacta sunt servanda*), no sentido de que, na ausência de uma autoridade central mundial, capaz de forçar a aderência a esses princípios, todos os Estados deveriam se sentir obrigados a tomá-los como o correto e segui-los” (SARFATI, 2005, p.81).

Grotius (1993) usa o respeito à lei, a ordem e as instituições como instrumento do direito para regulamentar as ações dos seres humanos, dos soberanos e das sociedades; assim, resolver conflitos, deixando claro que existem Estados mais poderosos, porém, até os mais fortes precisam fazer cooperação para garantir sua segurança e comércio. Ele defende que só existe guerra, porque, não há o respeito à lei. E que mesmo em estando em guerra as leis continuam a existir, assim como o direito de convívio entre Estados. Sendo assim, a paz só será possível através dos princípios do direito com base no convívio entre as nações.

### *O idealismo moderno*

O idealismo moderno surge com base nos ideais de seu principal atuante Thomas Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América no período de 1913 a 1921. Após presenciar o resultado causado pela Segunda Guerra Mundial. Wilson chegou à conclusão que todos os acontecimentos foram por causa das alianças entre os Estados, o exercício da diplomacia em segredo e a constante busca de poder. Sendo assim, durante a *Conferencia de Versalhes*, ele estabeleceu cerca de quatorze pontos<sup>6</sup> nos quais reprimiam as alianças feitas em segredo, enalteciam uma diplomacia exercida de modo publico e uma mudança no sistema internacional (SARFATI, 2005).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwone/fourteen\\_points.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwone/fourteen_points.shtml)> - acesso em 29/09/2018.

O idealismo moderno foi a teoria que dominou os anos de 1920 e uma parte do ano de 1930, com a Sociedade das Nações idealizada por Wilson e a criação das Ligas das Nações, afirmando que a paz só poderá ser estabelecida com a criação de um fórum comunitário que reúna os Estado-nações buscando o convívio com base no respeito as leis e aos princípios do direito internacional.

### *O idealismo transcendental de Kant*

Outro grande expoente do idealismo foi Immanuel Kant, no qual foi o percussor do idealismo alemão com o seu livro a *Crítica da Razão Pura*. No seu livro Kant sai em defesa do livre-arbítrio em face da experiência moral e faz uma crítica à Hume ao demonstrar que ele falhou quando afirmou que os comportamentos humanos não poderiam ser guiados pela razão. Kant, defende a liberdade e a moralidade como forma de preservação do iluminismo (DUDLEY, 2007).

*“The immediate result of Kant’s critique of reason was his own new position, known as transcendental idealism. But the revolution initiated by this development set the philosophical agenda for the next fifty years: all of the subsequent German idealists attempted to execute the Kantian project more rigorously and successfully than Kant himself had done, striving to develop a fully self-critical and rational philosophy, in order thereby to determine the meaning and sustain the possibility of a free and rational modern life.” (DUDLEY, 2007)*

Ele busca analisar os interesses e pressupostos da razão. Durante uma parte de sua vida, Kant teve que aceitar o empirismo ao mesmo tempo em que tentava evitá-lo, juntamente com o ceticismo; e o determinismo, ou então, Kant teria que criar uma nova teoria filosófica. Sendo assim, ele notou que o empirismo e o ceticismo proposto por Hume desafiavam a modernidade; e então, decide mudar a sua filosofia para dar resposta ao pensamento de Hume com base na crítica. No entanto, tentando manter o olhar da compreensão racional, a liberdade política e a moral (DUDDLEY, 2007)

Seus dois outros livros: a *Crítica da Razão Prática* e a *Crítica do Poder do Julgamento* ficaram conhecidos como a segunda e terceira crítica em resposta a Hume. Kant

afirma que o idealismo transcendental não necessita recorrer ao racionalismo dogmático e que é uma ótima resposta ao ceticismo afirmado por Hume (DUDDLEY, 2007).

O idealismo transcendental proposto por Kant se baseia nas seguintes questões<sup>7</sup>:

1. *What can I know?*
2. *What should I do?*
3. *What may I hope?*

De acordo com Duddley (2007, p.11):

*“The first, epistemological, question, is the subject of the Critique of Pure Reason, the book that broke Kant’s decade of silence and introduced his philosophical revolution. In that work, Kant is concerned to survey the extent of our possible knowledge by determining precisely the capacities and limits of theoretical rationality”*

A segunda questão “O que devo fazer?”, Kant indaga quais são as nossas obrigações quando estamos subordinados a obrigação moral e o porquê. Kant busca eliminar falsas crenças e mostrar que o ceticismo referente a racionalidade defendido por Hume é algo não justificado e que só pode ser verdadeiramente comprovado através do uso da razão. Assim como também busca a eliminação do determinismo, afirmando que: *“we cannot know whether or not we are free”*<sup>8</sup> (DUDDLEY, 2007).

Segundo DUDLEY (2007, p.12):

*“If we lacked freedom, Kant reasons, we could not be obliged to do anything, since all of our actions would already be predetermined and a course of action can only be obligatory if one is capable of choosing to pursue it. So it is the experience of moral obligation, rather than any theoretical demonstration, that sustains Kant’s belief in free will”*

O livre-arbítrio é defendido por Kant, como forma de experiência a obrigação moral e que a experiência só passa a ter sentido com a hipótese do livre-arbítrio.

---

<sup>7</sup> Tradução autoria própria: 1. O que posso conhecer? 2. O que devo fazer? 3. O que devo esperar?

<sup>8</sup> Tradução autoria própria: Não podemos saber se somos ou não livres.



## 2. O CONTEXTO DA GUERRA FRIA E A RELAÇÃO CUBA X ESTADOS UNIDOS

Neste capítulo será apresentado o contexto da Guerra Fria, no sentido geral, e os impactos que este fenômeno causou nas relações entre Estados Unidos e Cuba. Para isto, irá seguir-se numa ordem cronológica de subtópicos, os quais abordarão temas específicos como: revolução cubana, embargo econômico, invasão à baía dos porcos, política externa americana para Cuba e outros demais. O objetivo deste capítulo é construir a relação entre Estados Unidos e Cuba para compreender os fatores que levaram ao afastamento das relações entre estes dois atores.

### 2.1. Panorama sobre a Guerra Fria

A Guerra Fria surge após o fim da Segunda Guerra Mundial num período compreendido entre 1945-1991. O cenário político internacional se encontrava dividido entre duas potências consolidadas, bipolares e antagônicas através do embate político, econômico, social, militar e geográfico gerando tensão a nível global. De um lado temos o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América e do outro o bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

“Durante a Guerra Fria, a política mundial tornou-se bipolar, e o mundo foi dividido em três partes. Um grupo de sociedades em sua maioria ricas e democráticas, lideradas pelos Estados Unidos, engajou-se numa competição ideológica, política, econômica e às vezes militar, com um grupo de sociedades comunistas um tanto mais pobres associadas com a União Soviética e por elas lideradas. Grande parte desse conflito ocorreu no terceiro mundo, fora daqueles dois campos, compostos por países que na maioria dos casos, eram pobres, careciam de estabilidade política, tinham recentemente se tornados independentes e diziam não-alinhados.” (HUNTINGTON, 1990 p.20)

A Guerra Fria pode ser delimitada em fases<sup>9</sup> específicas durante toda a sua duração. Sendo a primeira fase essencial para o estabelecimento dos critérios que guiaram o relacionamento entre os dois Estados. As disputas entre os norte-americanos e os soviéticos tiveram diferentes fases perigosas e pacíficas – que apesar de pacífica, a competição ainda continuou a existir - durante toda a Guerra Fria. Nas quais, eles tiveram que redirecionar as estratégias e os objetivos prioritários (PECEQUILLO, 2003).

---

<sup>9</sup> Segundo a autora Cristina Pecequillo (2003) as fases foram: 1947-1962 Confrontação, 1963-1969 Coexistência, 1969-1979 Detente, 1979-1985 Confrontação Renovada e 1985-1989 A Retomada do Diálogo.

Os Estados Unidos e a União Soviética apesar de serem antagônicos, tinham interesses em comum. O interesse vai além de se consagrar no cenário internacional. Ambas as potências queriam a estabilidade do sistema e a preservação de uma ordem mundial (PECEQUILO, 2003).

Uma bipolaridade política foi instituída. Pois, tudo aquilo e todos aqueles que eram contrários às ações soviéticas eram vistos como capitalistas e tudo/todos que eram contra o sistema capitalista eram tachados de comunistas. Ambos os Estados usaram dessa dualidade para justificar suas ações contra seus inimigos na busca de poder e execução de medidas estratégicas nas suas zonas de influência. Também havia aqueles que optavam por ficarem neutros, ou seja, não se alinhavam a nenhum dos lados e acabavam se tornando alvos de uma disputa de influência tanto norte-americana, quanto soviética.

Os Estados Unidos tinham objetivo de combater a expansão do comunismo e ao mesmo tempo expandir o capitalismo pelo mundo, através de novas alianças com o propósito de desenvolver e difundir cada vez mais a sua economia configurando o sistema internacional baseado nos ideais norte-americanos.

“Os Estados Unidos, desde o início de sua República, perceberam-se como um país diferente e especial ante os demais, organizando suas relações internacionais a partir dessa percepção. Para os norte-americanos, coube aos Estados Unidos tanto a tarefa quanto o dever de servir como exemplo para a humanidade. Primeiro consolidando e depois expandindo sua democracia e sua liberdade. Os Estados Unidos que se apresentam ao mundo é um país que rege segundo esses princípios, procurando reproduzi-los e respeitá-los domesticamente e em escala mundial.”. (PECEQUILO, 2003 p.121)

Segundo Huntington (1999, p.237), “durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética se engajaram numa clássica corrida armamentista, desenvolvendo armas nucleares e meios de lançamentos cada vez mais sofisticados tecnologicamente.”

Com o objetivo de serem a única potência hegemônica mundial, ambos os lados estavam numa corrida para conquistarem aliados e ao mesmo tempo de desenvolvimento bélico. A acumulação de armamento virou um dos tantos meios de competição entre as duas potências. Cada Estado almejava ter a melhor arma, mais desenvolvida tecnologicamente,

com mais poder de destruição etc. Graças a essa busca, a população mundial acreditava que uma possível Terceira Guerra Mundial poderia vir a acontecer a qualquer momento, levando ao fim de todo o mundo. Apesar desse medo constante, não houve confronto bélico direto entre eles (PECEQUILLO, 2003).

“A guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida.” (HOBSBAWN, 1994, p. 223).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, os Estados Unidos líder com a vitória se tornaram um dos Estados mais importantes em questão de influência política e econômica mundial, e um dos mais desenvolvidos no poder militar, corpo diplomático, político e estratégico. Pois, as principais potências econômicas Européias<sup>10</sup> acabaram devastadas durante a Segunda Guerra Mundial, e não tinham chance de se recuperar rapidamente. Em face disso, a Europa ficou com uma lacuna na relação de poder aliado a política européia. Isso acabou ajudando a União Soviética a emergir juntamente com os Estados Unidos durante esse período (PECEQUILLO, 2003).

Os norte-americanos lançaram planos para tentar ajudar a reerguer o continente europeu devastado com o resultado da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos buscaram financiar os Estados, incluindo as antigas potências européias para que eles virassem seus aliados contra a União Soviética e com isso, os norte-americanos teriam um “controle” dentro do continente europeu e, conseqüentemente, estabeleceriam o expansionismo do capitalismo e manteriam a estabilidade que tanto priorizavam, fortalecendo o regionalismo por meio de uma integração regional européia. E claro, não eliminaram a preocupação de impedir que novas possíveis potências pudessem surgir e abalar todo o sistema que eles estavam prezando. (PECEQUILO, 2003)

Os soviéticos também tentaram ajudar a Europa com o *Pacto de Varsóvia* e o Comecon. Porém, não obteve o mesmo efeito que os Estados Unidos obtiveram com seus planos.

“O regionalismo servia a dois propósitos claros: primeiro, a instauração de um espaço europeu ocidental como foco de poder contrário a União

---

<sup>10</sup> França, Reino Unido e Alemanha.

Soviética, barrando quaisquer possibilidades de penetração no Ocidente, fortalecendo um aliado essencial no sistema; segundo, com o regionalismo também estariam sendo eliminados os riscos de reversão a uma política tradicional de equilíbrio de poder no continente.” (PECEQUILO, 2003, p.168).

## **2.2. A revolução cubana e a invasão a baía dos porcos**

A Revolução Cubana foi consequência de uma série de acontecimentos que vão desde a independência de Cuba da Espanha, a sua dependência dos Estados Unidos que passou a controlar a ilha através da Ementa Platt e a sua posterior aliança com a União Soviética. A ilha levou um golpe de Estado comandado por Fidel Castro para tirada de Fulgêncio Batista do poder.

Após o fracasso do ataque ao Quartel de Moncada, Fidel Castro foi preso junto com seu irmão e condenados há passarem 15 anos na prisão. Porém, Fulgêncio Batista acabou anistiando-o e ele exilou-se no México, onde, planejou a Revolução Cubana, que iniciou em 8 de janeiro de 1959, perto do fim do governo de Eisenhower e seu objetivo era a retirada de Fulgêncio Batista do poder e por um fim na zona de influência dos Estados Unidos dentro de Cuba através de um golpe de Estado.

A Revolução Cubana tinha como alicerce o nacionalismo, e almejava a normalidade nos aspectos políticos e econômicos através da soberania nacional. Mas, por causa das divergências existentes no plano externo e interno, a revolução aderiu uma configuração antiimperialista. Com os Estados Unidos claramente contra esse movimento, os revolucionários não viram outra opção senão o rompimento com os norte-americanos e a adesão do movimento ao socialismo (FEITOSA, 2010).

De acordo com Feitosa (*apud* MIZUKAMI; BUZETTO, 1998, p. 68):

“Em países como Cuba, verificou-se uma evolução de uma posição liberal democrática radical, onde o nacionalismo tinha o papel central para uma posição antiimperialista, que adquiriu mais força à medida que foram se radicalizando as contradições internas e externas do período revolucionário”.

Teve como líder Fidel Castro que junto com Che Guevara, Raul Castro formou um grupo de guerrilheiros com cerca de 80 homens e o apoio da população local que era contra a

gestão de Fulgêncio. Após entrarem em território cubano, a pretensão da revolução era ampliação da reforma agrária e o controle das indústrias existentes no Estado. Tudo isso ia contra os interesses dos Estados Unidos, que enxergou a revolução como uma ofensa.

“Os contatos oficiais com a URSS iniciaram-se seis meses após a tomada de Havana, em junho de 1959, e o resultado foi um acordo comercial entre os dois países, através da exportação de açúcar cubano e a importação de matérias primas como petróleo, ferro e máquinas, firmando no início de janeiro de 1960”. (BARROS, 2008, p. 110).

Os cubanos tinham uma grande dependência dos norte-americanos, principalmente, através da indústria açucareira, até a chegada da revolução. No primeiro dia de janeiro de 1959, Fulgêncio Batista deixa o cargo de presidente, fazendo uma renúncia. Após a vitória de Fidel Castro sobre o então presidente à época, que tinha como principal aliado econômico os Estados Unidos. Fidel elege temporariamente como presidente Manuel Urrutia<sup>11</sup> que fica no governo de janeiro até julho de 1959.

Com Urrutia no governo, o presidente norte-americano Eisenhower reconhece o novo governo cubano e restabelece Constituição de 1940<sup>12</sup>. Cuba alia-se a URSS e introduz o socialismo dentro da ilha, realizam reformas nos setores agrários, educacionais e socioeconômicos. Essas reformas acabaram agradando a população cubana, que já estavam insatisfeitos com o antigo governo.

Segundo Bobbio (1998, p.1121) define a Revolução Cubana como:

“a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica.”

Após a aliança, Castro toma a decisão de tornar nacionais as empresas americanas instaladas na ilha, essa decisão gerou a desaprovação dos norte-americanos que fez com que no ano de 1960, os Estados Unidos decretassem o embargo econômico a Cuba, como forma

---

<sup>11</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42536796> acessado dia 24/10/2018 às 17:45

<sup>12</sup> “Nosotros los delegados del pueblo de Cuba, reunidos en Convención Constituyente, a fin de dotarlo de una nueva Ley fundamental que consolide su organización como Estado independiente y soberano, apto para asegurar la libertad y la justicia, mantener el orden y promover el bienestar general, acordamos, invocando el favor de Dios” [https://www.cubanel.org/htdocs/ref/dis/40\\_print.htm](https://www.cubanel.org/htdocs/ref/dis/40_print.htm) acessado 24/10/2018 as 18:03

tentar debilitar a economia, bloqueando qualquer tipo de troca ou relações comerciais e diplomáticas com a ilha e o país, assim, como os aliados dos Estados Unidos também estavam proibidos de terem relações comerciais com a ilha cubana.

Segundo Ayerbe (2004, p.47) “A Revolução Cubana aparece nesse momento como um indício do que pode acontecer com outros países, caso a política externa dos Estados Unidos continue apostando exclusivamente no intervencionismo.”.

No mesmo ano John Kennedy vence as eleições presidenciais norte-americanas. Por causa da aproximação de Cuba com a URSS graças a Revolução Cubana, os Estados Unidos decidiram cessar de vez suas exportações a Cuba, com o intuito de fazer com que ela mudasse sua política econômica aderida após a revolução. Como contra resposta do lado cubano, o presidente Fidel Castro decide tomar o controle de todas as empresas norte-americanas e representantes americanos que estavam instalados em Cuba. Após isso, os Estados rompem de vez as relações diplomáticas no ano de 1961.

No ano de 1961, o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, corta por completo as relações diplomáticas com Cuba e institui e instaura o embargo econômico a ilha, que proibia qualquer país aliado aos Estados Unidos a manter relações diplomáticas ou comerciais com a ilha. Isolando-a dos demais Estados do mundo. Este fenômeno ficou conhecido como bloqueio econômico.

Com medo de uma nova guerra eminente, outros estados tentaram apaziguar a tensão gerada pelo ao rompimento diplomático. Porém, a situação só piorava e ambos os estados adquiriam armamentos bélicos para se resguardarem de uma possível invasão, que veio a se tornar realidade no dia 16 de abril de 1961, com a Invasão a Baía dos Porcos ao sul de Cuba, que teve a participação norte-americana, inclusive, assumida publicamente pelo presidente Kennedy, para que houvesse a retomada do controle da ilha. Onde, cerca de mil e quinhentos a mil e oitocentos homens contrários a Fidel invadiram Cuba passando pela Nicarágua através da Baía dos Porcos na província de Las Villas. Com o objetivo de matar ou capturar Fidel, atacaram Cuba, a fim de desestruturar o governo de Cuba.

Apesar disso, as estruturas não se abalaram e Fidel logo lançou um contra-ataque através do lançamento de bombas nas tropas dos Estados Unidos e guiou sua tropa para

neutralizar os invasores. Além disso, houve grande participação da população local, que obtiveram desde o governo de Castro um aumento na sua qualidade de vida, o que ocasionou a aceitação do governo populista em Cuba. A invasão acabou no dia 19 de abril, durando quatro dias. Com isso, os Estados Unidos não conseguiram retomar a influência sobre Cuba, os invasores não conseguiram concretizar seus objetivos de captura ou morte de Fidel, que saiu como vencedor.

Os EUA ao vê os cubanos se transformarem num Estado com o sistema socialista fizeram um projeto de medida econômica denominada “*Aliança para o Progresso*”<sup>13</sup> voltado para os Estados que não aderiram ao comunismo. A URSS incorporada na Guerra Fria, em 1962 tentou implantar no território de cubano uma base de mísseis onde atenuou mais uma crise entre os EUA.

Em 1962, durante a gestão do presidente Kennedy foi legalizada uma lei de embargo total a ilha rompendo de vez com todas as trocas comerciais e relações diplomáticas isolando-a dos demais países com exceção da antiga União Soviética. No ano de 1996 o presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, assinou a Lei Helms-Burton<sup>14</sup> e desde então todos os anos Cuba tenta nas reuniões da Assembléia Geral da ONU a retirada do embargo, que acabou sendo negado pelo congresso americano apesar da maioria dos outros Estados votarem a favor do fim. Então, finalmente, no ano de 2016 durante a gestão de Obama, os Estados Unidos da América não votou contra, mas também não a favor. Absteve-se, o que acabou acendendo uma esperança do fim do embargo para os cubanos.

Com as relações mais próximas com a União Soviética, a nação cubana teve um progresso na educação, na saúde e teve uma sensível melhoria de vida dos cubanos. Com isto obtiveram ajuda dos soviéticos em acordos vantajosos que mantiveram por muito tempo sua economia sustentável. O bloco dos Estados socialistas, em 1990 começa a entrar em crises e o governo cubano teve que fazer uma reestruturação na sua política econômica.

---

<sup>13</sup> Foi um projeto voltado para o setor econômico e social elaborado para os Estados da América - Latina com objetivo de desenvolver com mais rapidez esses setores e tentar ao mesmo tempo conter o avanço comunista.

<sup>14</sup> Essa lei proíbe o presidente americano de mudar as normas ou retirar o embargo á Cuba através de um decreto, dando esse poder exclusivamente ao Congresso americano.

### 2.3. O embargo econômico

Cuba consegue a independência da Espanha no ano de 1898 após uma disputa com os Estados Unidos. Com a vitória dos norte-americanos, a ilha fica sob influência norte-americana através da Emenda Platt<sup>15</sup> (1901), Cuba ficou dependente economicamente e militarmente dos Estados Unidos, que acabou colocando uma base naval em Havana.

Cuba tinha uma das maiores produções de açúcar da época, e vendia a maior parte de sua produção para os Estados Unidos, que controlava tanto a exportação quanto a importação desse insumo na ilha.

No ano de 1950 os Estados Unidos restringiu a importação do açúcar, o que acabou diminuindo a entrada de dinheiro e mexeu economicamente com a burguesia. Insatisfeitos com essa decisão, a pobreza, desigualdades que a população já vivenciava dentro da ilha e o sistema ditatorial imposto pelo governo de Fulgêncio Batista a população deixa de lado o apoio ao governo e passa a apoiar Fidel Castro que toma o poder com a Revolução Cubana.

Segundo Aquino et al (2003, p. 517):

“O governo de Batista, entretanto, havia rompido com o Mundo Socialista e, devido a Guerra Fria, recusava-se a atender aos pedidos da burguesia açucareira de comerciar com os mercados socialistas. Com isso, desde 1958 a ditadura de Batista perdeu o apoio dessa classe, que era sua principal base de sustentação.”.

As relações entre Estados Unidos e Cuba encontravam-se estremeçadas, e acabou ficando ainda mais abaladas após esses acontecimentos e os Estados Unidos tomarem a decisão radical de vetar por completo a importação de açúcar vinda de Cuba. Tal decisão afetou diretamente a balança comercial de Cuba que acabou nacionalizando todos os bancos americanos instalados na ilha.

“As opções de Cuba, a partir da decisão de se manter fiel aos objetivos que levaram ao desencadeamento do processo revolucionário, não são muitas. No âmbito Interamericano as portas se fecham, e não por iniciativa de Cuba. A dependência da exportação de açúcar, vulnerabilidade explorada ao máximo pelos Estados Unidos, torna urgente uma definição de novos

---

<sup>15</sup> A Emenda Platt: da permissão para que os Estados Unidos da América tenha poder de interferir nos setores da política e militar na ilha de Cuba, deixando-a submissa aos Estados Unidos.



parceiros comerciais e os países socialistas oferecem uma garantia de compra da cota de açúcar e abastecimento dos produtos de que o país necessita. A desestabilização política interna e externa, que encontra aliados nos grupos empresariais privados, leva o governo a acelerar a política de nacionalizações, o que imprime uma dinâmica de transformação centrada no Estado, que dispõe cada vez mais dos recursos econômicos e políticos necessários para implementar as reformas num país em que a iniciativa privada está em retração.” (AYERBE, 2002, p. 134)

Como Cuba não estava preparada para tal decisão americana, houve um excedente açucareiro e para não sair no prejuízo, o governo cubano não viu outra solução senão retomar as relações comerciais com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que aceitou comprar esse excedente. Cuba não mantinha relação com qualquer país socialista desde a época de Fulgêncio Batista. Outro fato foi quando Cuba resolveu nacionalizar as empresas estrangeiras de petróleo, pois, as mesmas não queriam refinar o insumo que vinha da União dos soviéticos.

Essa aproximação entre Cuba e a União Soviética preocupava os Estados Unidos que buscava impedir o comunismo de se instalar nos seus países aliados, e ainda se tornou mais preocupante por causa da aproximação geográfica entre a ilha cubana e os norte-americanos. Podendo deixá-los mais vulneráveis a ataques vindo do lado soviético, como foi comprovado no episódio da *Crise dos Mísseis*.

No ano de 1961, durante o governo de Eisenhower, o embargo a Cuba é decretado, rompendo relações diplomáticas, econômicas e políticas entre os dois Estados e perdurando até os dias atuais.

#### **2.4. A política externa americana e as relações com cuba**

Com o cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria em ascensão, as duas potências da época Estados Unidos da América e União Soviética voltaram seus interesses nacionais para conquista de poder. A política externa norte-americana estava direcionada para o expansionismo, influência e controle do maior número de Estados possíveis e ao mesmo tempo o combate e a extinção mundial do regime comunista adotado pelo bloco soviético para construção de uma nova ordem mundial baseada nos ideais norte-americanos.

Segundo Pecequilo (2003):

“A Guerra Fria vai de 1947 a 1989 e entre 1945 e 1947 os Estados Unidos, internamente, fazem aquilo que o Wilson não fez, constroem um consenso de política externa, a partir de uma visão de mundo do que vão fazer e de quem são seus amigos e inimigos no sistema internacional.”.

Com os Estados Unidos buscando ser a única potência hegemônica mundial, atuando ao mesmo tempo como hegemonia liberal e hegemonia controladora através do uso do *hard power*<sup>16</sup> e *soft power*<sup>17</sup>, influenciando e cooperando com outros Estados. Os norte-americanos buscam a construção de uma democracia aliada ao princípio da liberdade para tentar por um fim no comunismo soviético adotado por Fidel Castro dentro de Cuba e implantar o *American Way Of Life* no território cubano. Pois, acreditavam que ambos os modelos capitalistas e socialistas não poderiam coexistir juntos sem entrar em atrito.

Como o presidente cubano não estava disposto a abrir mão da sua aliança com o bloco soviético, principalmente, após os ataques norte-americanos a ilha. Cuba foi tratada como inimiga norte-americana, principalmente, porque ela estava indo contra a Emenda Platt que autorizava os Estados Unidos a intervir dentro do território cubano no momento em que os norte-americanos acreditassem que seus interesses aliados os interesses cubanos estavam sob ameaça. Então, a aliança de Cuba com a União Soviética ia contra os interesses norte-americanos e por isso precisava ser combatido.

“Em 1947 assistimos ao nascimento da Doutrina Truman, que é a doutrina da contenção, a idéia de que há no mundo dois inimigos, na verdade a União Soviética e o comunismo estão juntos, a União Soviética é comunista, então qual é a tarefa da política externa americana? Combater o inimigo. São modelos incompatíveis e o comunismo tem que ser combatido a todo o custo, então à construção da ordem se junta a idéia de construir a democracia e a liberdade, e também a idéia de contenção do inimigo.”.(PECEQUILO, 2003, p. 10)

Após as mudanças econômicas, sociais adotadas por Cuba e seu vínculo estabelecido com a União Soviética, sua relação com os Estados Unidos estava cada vez mais difícil de ser restabelecida. Principalmente, depois da Revolução Cubana que fez com que o comunismo fosse instituído dentro da ilha, após a derrota de Fulgêncio Batista por Fidel Castro. Fazendo

---

<sup>16</sup> Poder Duro ou poder coercitivo

<sup>17</sup> Poder Suave, termo criado por Joseph Nye.

com que os norte-americanos olhassem com mais preocupação para o território Latino-Americano.

John F. Kennedy assume a presidência dos Estados Unidos da América no ano de 1961 e governa até 1963, deixando o poder após ser assassinado. Ao longo de seu governo houve inúmeros fatos que fizeram com que o presidente tomasse medidas de precauções em relação a Cuba e sua aliança com a União Soviética. Durante seu governo, a América Latina passou a ter mais importância dentro da política externa norte-americana como estratégia de impedir a disseminação comunista dentro do território Latino-Americano.

No ano de 1961, Cuba se aproximou ainda mais seus laços com o bloco soviético, após os conflitos com os Estados Unidos, principalmente, após a Revolução Cubana e a Invasão a Baía dos Porcos, tornando os norte-americanos uma ameaça concreta a ilha. O resultado desse estreitamento de laços foi o envio e a instalação de mísseis nucleares de médio e intermédio alcance em segredo por parte da União Soviética a Cuba, com o propósito de proteger os cubanos contra uma invasão norte-americana à ilha.

Em janeiro do ano de 1962, foi solicitada uma assembléia para debater as conseqüências da Revolução Cubana perante as relações internacionais nos hemisférios. Isso levou à decisão no dia 31 de janeiro do decorrente ano por meio da VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores a expulsão de Cuba da *Organização dos Estados Americanos* pelos Estados-membros, após Fidel Castro posicionar-se a favor do marxismo-leninismo. Os membros afirmaram que essa posição de Fidel em favor do comunismo ia contra os princípios adotados pela OEA e para impedir que a disseminação do pensamento sóciopolítico de Fidel Castro chegasse a outros Estados da região.

Segundo Lessa, (2009):

“a suspensão de Cuba naquele momento deve ser entendida no seu contexto e à luz dos próprios princípios formadores da OEA: a organização, afinal, foi criada para defender a região das ameaças externas, que naquele momento eram sinônimo de ameaças comunistas.”.

No mês de fevereiro do decorrente ano, os Estados Unidos passaram a proibir todas as importações de produtos provenientes de Cuba, como também com destino a ilha. Passando a

ficar mais rígido em março quando a proibição se estendeu a todos os produtos fabricados em qualquer Estado que possuíssem na sua composição produtos de origem cubana. Com objetivo de pressionar o governo cubano nos setores militares, econômicos e sociais a romper sua aliança com o bloco soviético.

Ainda em 1962, o conflito entre os norte-americanos contra os soviéticos e os cubanos tomou um rumo mais profundo após os Estados Unidos descobrirem através de fotos feitas por um avião de vigia o reconhecimento dos mísseis nucleares pertencentes à União Soviética em Cuba. O presidente John Kennedy fez um discurso em rede nacional no dia 22 de outubro afirmando que se houvesse o lançamento de algum míssil em qualquer Estado do globo, a resposta norte-americana seria retaliatória a União Soviética e que o bloco soviético estava criando uma possibilidade de ataque nuclear contra o lado ocidental.

Isso colocou os Estados Unidos numa posição de alerta, pois, esses mísseis poderiam alcançar cidades importantes do território norte-americano, assim como outros Estados próximos, podendo dar início a uma verdadeira guerra nuclear mundial. Em face disso, o presidente Kennedy se preocupou em deixar claro que essa atitude dos soviéticos representava não só uma ameaça aos norte-americanos, como também a todo o mundo.

“Temos de responder a esse gesto temerário com uma decisão conjunta. Do contrário, a União Soviética passará á violações cada vez mais flagrantes dos requisitos para a paz e a liberdade internacionais, até que não nos restarão outras opções senão a capitulação completa ou a deflagração de um holocausto nuclear.” (KENNEDY *apud* DOMINGOS).

O quesito nuclear é fundamental, marcou e ainda marca muitas relações dentro do cenário internacional. Desde que os Estados passaram a possuir e/ou produzir armamentos nucleares, o perigo de uma destruição mundial mutua passou a ser mais iminente. Mesmo com esse risco nuclear, o conflito ainda continuou a existir por muito tempo entre as duas potências, passando a ser indireto através de outros Estados aliados a um das potências. Como Cuba e a União Soviética, por exemplo, (PECEQUILLO, 2003).

Segundo Pecequilo (2003):

“... a tática de ameaça seria utilizada pelos próprios Estados Unidos: no extremo, a ameaça nuclear serviria como forma de barrar a escalada de conflitos localizados e seria um mecanismo para solucioná-los (os países seriam forçados a negociar quando percebessem que estavam chegando ao limite). Na prática, embora tenha funcionado na Coréia, essa era uma

estratégia perigosa, como depois se percebeu em Cuba (1962), pois poderia de fato levar a um enfrentamento direto.”.

Em resposta aos soviéticos e cubanos, os Estados Unidos planejavam realizar uma das duas possíveis medidas adotadas contra a ilha. A primeira era a invasão de Cuba, causando um combate e bélico e uma possível Terceira Guerra Mundial ou a segunda opção era instaurar um bloqueio naval a ilha. Os norte-americanos decidem pelo segundo plano e com o suporte da Organização dos Estados Americanos, foi instituído em outubro um bloqueio naval com objetivo de impedir outros mísseis de entrarem no território cubano, causando a *Crise dos Mísseis*.

Segundo Nye (2009):

“O caso principal na intimidação nuclear durante a Guerra Fria foi a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962. Esse período de treze dias foi provavelmente a situação mais arriscada da era nuclear considerando um conjunto de acontecimentos que poderiam ter levado a uma guerra nuclear.”.

O presidente John Kennedy ganhou apoio de alguns embaixadores latino-americanos que fazem parte da OEA. O embaixador do Haiti Fernando Bagudy se pronunciou em apoio aos Estados Unidos por meio da seguinte frase: “a situação é muito grave. Estamos todos muito preocupados. Não podemos tolerar forças extracontinentais em nosso hemisfério. O Haiti é um amigo leal dos Estados Unidos” (Bagudy *apud* Domingos). Também o diplomata da Guatemala Carlos Urritia declarou que apoiaria inteiramente os norte-americanos. Já o embaixador Andrés Freites da República Dominicana, apesar de não ter declarado explicitamente o seu apoio aos Estados Unidos, ratificou a gravidade do acontecido e sua posição contrária ao regime adotado por Cuba.

A Crise dos Mísseis resultou em negociações diplomáticas entre os Estados Unidos e a União Soviética para retirada dos mísseis de dentro de Cuba e em troca os norte-americanos removeriam os mísseis nucleares que haviam colocado dentro da Turquia. Mesmo Cuba estando vetado da participação dessas negociações pelos norte-americanos, Fidel Castro posicionou-se contra a retirada. Então, Nikita Khrushchev reconsiderou e aceitou a retirada dos mísseis de dentro da ilha, para que não houvesse uma Terceira Guerra Mundial e garantir a sobrevivência bilateral de ambos os lados. Já John Kennedy declarou que não faria uma

intervenção militar a Cuba e a possível retirada dos mísseis na Turquia. Esse posicionamento do presidente norte-americano abriu a possibilidade da retomada de diálogos entre Cuba e os Estados Unidos. Mas, antes desse possível diálogo vir acontecer, o presidente John Kennedy foi brutalmente assassinado em 1963.

“Como resultado, os soviéticos abandonaram o projeto, os Estados Unidos conseguiram reafirmar sua posição na América Latina, inaugurando uma nova fase do relacionamento entre ambas as superpotências, baseado na aceitação mútua – na coexistência.”. (PECEQUILO, 2003 p. 182)

Em 1972 Cuba entra para o Conselho para Assistência Econômica Mútua – COMECON – Formada apenas por Estados pertencentes ao bloco soviético, foi fundado no ano de 1949 e o seu objetivo era a contenção do Plano Marshall instituído pelos norte-americanos; o COMECON pretendia integrar economicamente as nações do Leste Europeu e assim impedir que o Plano Marshall chegasse aos Estados aliados a União Soviética.

Com adesão de Cuba, a sua busca por autonomia já não fazia mais sentido. Pois, a ilha ia ficar submetida à União Soviética que eram líder do COMECON. Um exemplo disso, dentro de Cuba foram publicados livros voltados para o ensinamento do marxismo e a extinção de publicações que visavam um “socialismo próprio”. Apesar da dependência obtida por Cuba aos soviéticos, eles não viam outra opção senão ficar no COMECON. Graças aos planos de sabotagem elaborados pelos norte-americanos e o isolamento que foi resultado do embargo econômico instaurado á ilha, a adesão significava a tentativa de acabar com alguns dos problemas e a busca pelo seu fortalecimento interno. (FEITOSA, 2010)

## **2.5. O fim da guerra fria**

Mikhail Gorbachev se torna Secretario Geral do Partido Comunista Soviético em março de 1985 ficou até 1991. Durante esse período ele propôs mudanças no sistema político e socioeconômico dos soviéticos. Instituiu a *Glasnost* e a *Perestroika*. A *Glasnost* foi criada com objetivo de abrir a política e fazer reformas ideológicas, na quais os Estados que compõe o bloco socialista ganharam autonomia e independência da União Soviética para elegerem seus próprios políticos e também previa mais transparência nas ações promovidas pelos governos através da democracia e a defesa da liberdade de expressão popular. Já a *Perestroika* tem o objetivo de abertura econômica, possibilitando a entrada de empresas privadas nos

Estados e o comércio internacional com todo o globo. Outra proposta é a cessação da corrida armamentista, ele afirmava que isso apenas causava prejuízo a economia da União Soviética e não era mais de tanta importância para segurança nacional. A partir daí, deu-se início do fim da União Soviética. (SARTORI, 2016)

Mikhail Gorbachev tentou estabelecer a paz com os Estados Unidos através de uma negociação com objetivo de por um fim a Guerra Fria. Já que, como dito anteriormente, não via mais o porquê de investir em armamentos bélicos. Além disso, o ex líder soviético Andropov, já tinha se reunido com Raul Castro e alertado que a União Soviética não iam garantir exércitos para defender Cuba, caso houvesse uma guerra entre a ilha e os norte-americanos. (CARVALHO, 2015)

Segundo Sartori (*apud* SILVA, 2012) um dos fatores para queda da União Soviética foi: “o desconhecimento da mentalidade das massas que, esgotadas ao longo de décadas de construção do socialismo e aliadas à propaganda e a comparação com o ocidente, desenvolveram valores pró-ocidentais e anti-socialistas”. Através da comparação entre o ocidente e o oriente, as massas passam a além da visão socialista e começam aderir ao capitalismo.

O fim da Guerra Fria foi marcado pela queda do muro de Berlim no dia 9 de novembro de 1989. Esse marco pôs fim a União Soviética, o COMECON e a sua ideologia socialista, abrindo espaço de vez para hegemonia dos Estados Unidos como principal superpotência econômica, militar e política no globo. Com isso, o mundo passa de um sistema multipolar – Segunda Guerra Mundial-, para um sistema bipolar – Guerra Fria- e agora torna-se unimultipolar.

O mundo unimultipolar é na visão de Samuel Huntington (1999), um mundo onde há a existência de uma única superpotência em meio a outras grandes potências que vão cooperar nas resoluções de assuntos internacionais.

### **3. RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CUBA NO PÓS-GUERRA FRIA E APROXIMAÇÃO NO GOVERNO OBAMA**

Neste, terceiro e último capítulo, será apresentado às relações entre Estados Unidos e Cuba no período Pós-guerra Fria até o governo Obama, em que as relações entre os países chegam a uma aproximação. O objetivo deste capítulo é mostrar o curso das relações entre Estados Unidos e Cuba após a Guerra Fria e destacar os elementos que levaram a política externa do governo Obama a uma aproximação entre estes atores, analisando se este fenômeno de reaproximação se caracteriza próximo de um realismo estratégico ou de um idealismo conveniente.

#### **3.1. Relações Cuba x Estados Unidos pós-guerra fria até a era Obama**

Com o fim da Guerra Fria, a vitória norte-americana e a queda da União Soviética, as estruturas de Cuba acabaram sendo fortemente atingidas e abaladas, já que a ilha era economicamente dependente dos soviéticos graças a sua aliança formada no ainda no período da Guerra Fria para exportação e importação de produtos. Isso causou um grande déficit na balança comercial cubana. Pois, a União Soviética comprava grande parte das produções provenientes de Cuba e exportava petróleo para os cubanos.

Com o fim do COMECON, Cuba não tinha mais como respaldar-se economicamente na União Soviética. Isso acabou afetando diretamente a ilha, não só no setor econômico, como também alimentício. Houve cortes nos setores de água e energia por causa da falta de petróleo que era fornecido pelos soviéticos. Fazendo com que a ilha entrasse num período de crise considerado o mais forte desde o embargo dos Estados Unidos. (GOTT *apud* SARTORI, 2006)

Devido a esse novo cenário no sistema internacional, Cuba teve que se reorganizar e fazer reformas voltadas para o setor socioeconômico. Esse período foi batizado de “Período Especial em Tempos de Paz”. Uma das reformas foi à abertura para que empresas estrangeiras pudessem se instalar dentro do seu território. Outro meio de captação de recursos foi o investimento no turismo, que acabou sendo a sua principal fonte financeira. Através dele veio à possibilidade de novos empregos no mercado de trabalho, sejam eles formais ou informais movimentando a economia da ilha. O turismo também trouxe problemas antigos de



prostituição. Além de que permitiu a entrada de capital estrangeiro, moedas estrangeiras na economia cubana.

De acordo com Carvalho (2015) “O bloqueio econômico faz com que Cuba seja um dos únicos países do mundo a não ter acesso ao mercado de compra de dólares, devido ao fato de as compras no mercado internacional serem necessariamente em dólares.” Para tentar solucionar esse problema, Cuba passou a ter duas moedas em circulação nacional. A primeira é o peso cubano, cujo objetivo é apenas para circulação interna, e a segunda é o peso cubano conversível, esta terá paridade em relação ao dólar, cujo objetivo é transações internas relacionadas com o mercado internacional.

“A criação do peso cubano também é uma tentativa de se tirar do mercado os dólares que circulam no mercado negro. A posse de dólares será proibida até 1993, ou seja, até o ano de 1993 todos os dólares que circulavam em Cuba, que não estavam na posse do governo, através do Banco Nacional de Cuba ou em posse das empresas estatais, pertenciam ao mercado negro. Uma das maneiras de recuperar estes dólares será a criação de lojas que vendem produtos não subsidiados em peso conversível, estes estabelecimentos serão chamados de *tiendas de recuperación de divisas*.” (CARVALHO, 2015, p.45)

Segundo Cotrim (2016), O jornalista Ariel Terrero usa a frase “O bloqueio é do outro lado” para afirmar que apesar de os Estados Unidos bloquearem Cuba, a ilha não bloqueia os norte-americanos. E com isso, ele tenta transferir as conseqüências e a responsabilidade do embargo para os Estados Unidos.

Diante do cenário que os cubanos se encontravam, um dos objetivos era a reconstrução das suas relações externas com outros Estados. Já que, a principal base de suas relações, a União Soviética, caiu junto com o socialismo. Era necessário reorganizar e buscar novos parceiros econômicos, que pudessem ajudar Cuba a adquirir confiança dos outros Estados no cenário internacional para possíveis negociações e enviar suprimentos que a ilha necessitasse. Priorizando a diversificação de relações, para não ficar dependente de um só Estado, como aconteceu anteriormente com a sua dependência dos Estados Unidos e posteriormente a dependência da União Soviética. (DA SILVA E JOHNSON, 2010)

Com o termino da Guerra Fria, a diplomacia cubana teve que procurar novos meios de fazer relações exteriores e firmar novas parcerias graças ao novo cenário hegemônico dos

Estados Unidos e o colapso do seu principal aliado econômico e político a União Soviética. Então, Cuba buscou parcerias comerciais com a América - Latina, China, Canadá e Espanha nos setores comerciais e de recursos naturais. (SANTORO, 2010).

Os anos de 1990 em especial a sua primeira metade, ficou conhecido como o mais crítico desse “Período Especial”. Onde as palavras “escassez” e “economia” marcaram o modo de agir dos cubanos devido à vasta quantidade de produtos e artigos que estavam desaparecendo. Isso causou um grande impacto dentro da ilha que viu itens simples como de higiene pessoal, vestimentas e até mesmo remédios faltarem no mercado. (SANTOS, 2014)

“As conseqüências econômicas do embargo econômico em Cuba são nefastas, principalmente no tange ao desenvolvimento, as dificuldades de se importar bens de capital e insumos produtivos depois do final da URSS se tornaram enormes. As dificuldades serão vistas também no acesso a bens básicos, como medicamento, alimentos entre outros. Logo teremos que o bloqueio não só afetará o desenvolvimento econômico em Cuba, mas a qualidade de vida do cidadão cubano.”( CARVALHO, 2015, p.34)

A Lei de Torricelli (1992) proibiu barcos que transitam nos portos de Cuba, a negociarem com os norte-americanos, os que desobedecerem a essa lei, eram proibidos de realizar carregamentos ou descarregamentos durante seis meses em portos norte-americanos, ratificou e aumentou a proibição das companhias que fazem parte dos Estados Unidos, assim como suas subsidiárias no exterior de negociarem com Cuba e permitia ao presidente a punir qualquer governo que cooperasse com Cuba. (DA SILVA E JOHNSON, 2010)

Em 1996 foi criada a Lei Helms-Burton (1996), que tinha como objetivo o aumento do embargo e permitia a aplicação de sanções às instituições internacionais que tivessem algum negócio com Cuba. (DA SILVA & JOHNSON, 2010). Nota-se que a Lei de Torricelli e a Lei de Helms-Burton serviram para vetar o acesso de Cuba ao mercado internacional. Pois, as empresas norte-americanas eram vastas dentro dos outros Estados, as leis serviram para aumentar e limitar o comércio as subsidiárias dos norte-americanos.

Segundo Feitosa (2010):

“O colapso do socialismo real ocasionou a desestruturação da cadeia produtiva cubana, extremamente dependente, como já mostrado, das relações com o ex-bloco socialista. Soma-se a isso o acirramento do bloqueio

estadunidense à ilha com a aprovação da Lei Torricelli e da Lei Helms-Burton.”.

‘ Os Estados Unidos queriam cercar Cuba de todas as maneiras possíveis. Os norte-americanos dificultaram o acesso dos cubanos à informação, através da proibição da utilização de cabos de fibra ótica por vias submarinas no Caribe. Com objetivo de fazer com que Cuba passasse a usar a internet via satélite, já que ela não é tão avançada quanto à promovida pelos cabos e há um alto custo para ter acesso. Houve também o rastreamento dos “IP” dos computadores cubanos, a fim de proibir o *download* de programas provenientes dos Estados Unidos. (CARVALHO, 2015)

Segundo Cotrim (2016) numa entrevista que a Cotrim fez com o jornalista Jose Miranda, ele cita que o problema de Cuba é econômico e que grande parte dos jornais “de nome” falam mal em relação a Cuba e enfatiza que apesar de todos os problemas que a ilha cubana passou, o Estado conseguiu se manter firme.

**“Em Cuba há muitos problemas, como há em qualquer lugar do mundo. Mas nós estamos dando um jeito de resolvê-los. As atualizações econômicas firmadas no VI Congresso do Partido Comunista são prova disso. (pausa) A Revolução é uma experimentação, Cuba não sabia como seria, nós cubanos estamos vivenciando. Algumas coisas deram certo e outras não. Agora, a imprensa de outros países sempre fala mais ou menos mal de Cuba. O *The New York Times* é um jornal um pouco mais progressista, no sentido de ser menos conservador, mas o *The Washington Post* é um jornal reacionário; *El País* é um jornal reacionário, todos esses falam mal de Cuba. O *Le Monde* às vezes fala mal e às vezes fala bem, o que é saudável. No Brasil eu não conheço bem nenhum jornal, mas sei da existência da TV Globo, porque em Cuba há muitas novelas brasileiras. (...) Venezuela, Equador, Bolívia estão próximos da realidade cubana e são países capitalistas. Não são inimigos. O problema em Cuba é econômico. Se pode ir em qualquer igreja que quiser. Então eu tenho pra mim que a ideologia está ligada a uma realidade econômica. Os países ricos não falam bem de Cuba. A economia é o centro de tudo. Por exemplo, o problema da comunicação e da internet em Cuba é propriamente econômico. Cuba não tem acesso ao cabo que passa dos EUA a Porto Rico. Os satélites são muito caros e com o bloqueio não é fácil. Não tem sentido dizer que é um problema de censura. E as pessoas em Cuba, claro, tentam desviar dos problemas econômicos. Mas, saiba, Amanda, nada dos problemas de hoje se comparam ao Período Especial, que veio com o fim do campo socialista. E mesmo assim esse País se manteve firme. Isso é incrível.”<sup>18</sup>**

<sup>18</sup> Entrevista feita por Cotrim (2016) com “José Garcia Miranda, 65, jornalista. Atualmente trabalha no Ministério da Cultura de Cuba. Concedeu entrevista em sua casa, no bairro de Vedado, em Havana, em janeiro de 2015.” para sua dissertação de mestrado. Disponível em [repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim\\_AmandaBarbosaXavier\\_M.pdf](https://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim_AmandaBarbosaXavier_M.pdf) pág 197 acessado 07/11/2018 às 00:36.

Como medida de tentar levantar a economia cubana, o governo não viu outra opção senão a reforma da constituição e a criação de uma *Nueva Ley Electoral*.

Segundo Santos (*apud* HAVRANEK, 1998, p.164):

“A reforma da constituição provocou transformações no caráter irrevogável da propriedade socialista. A partir de então, autorizam-se a aquisição, a transmissão plena de propriedade e a operação em divisas para diferentes tipos de entidades cubanas por pessoas ou grupos de qualquer nacionalidade.”.

Isso acabou abrindo a ilha para investidores estrangeiros instalarem suas empresas de capital privado a partir da *Ley de Inversión Extranjera*<sup>19</sup> (1995) e criação de empresas mistas.

Em relação às importações e exportações de produtos, apesar do embargo instituído a ilha pelos norte-americanos, eles se tornaram um dos principais fornecedores de alimentos aos cubanos. Isso só foi possível graças ao *Trade Sanctions Reform and Export Enhancement Act*<sup>20</sup> que foi uma serie de reformas feitas durante o governo de Bill Clinton nas quais permitiam a venda de produtos agrícolas, medicamentos e dispositivos médicos para Cuba ou para algum Estado que o Secretario de Estado americano permitisse. Mas, essas vendas deveriam obedecer algumas condições impostas pelos norte-americanos.

*“Section 906 of the TSRA further requires that the export of agricultural commodities, medicine, or medical devices to Cuba or to the government of a country that has been determined by the Secretary of State, under Section 620A of the Foreign Assistance Act of 1961 (22 U.S.C. 2371), section 6(j)(1) of the Export Administration Act of 1979 (50 U.S.C. app. 2405(j)(1)), or section 40(d) of the Arms Export Control Act (22 U.S.C. 2780(d)), to have provided support repeatedly for acts of international terrorism, or to any other entity in such a country, shall only be made pursuant to one-year*

---

<sup>19</sup> *Esta ley tiene por objeto promover e incentivar la inversión extranjera em el territorio de La Republica de Cuba, para llevar a cabo actividades lucrativas que contribuyan al fortalecimiento de la capacidad económica y al desarrollo sostenible del país, sobre la base del respeto a la soberanía e independencia nacionales e de la protección y uso racional de los recursos naturales; y establecer, a tales efectos, las regulaciones legales principales bajo las cuales debe realizarse aquella. 2Las normas que contiene esta ley comprenden, entre otros aspectos, las garantías que se conceden a los inversionistas, los sectores de la economía nacional que pueden recibir inversiones extranjeras, las formas que pueden adoptar éstas, los distintos tipos de aportes, el procedimiento para su autorización, los regímenes bancario, impositivo especial, y laboral para esas inversiones, y las normas relativas a la protección del medio ambiente y al uso racional de los recursos naturales..*

Disponível em <http://www.track.unodc.org/LegalLibrary/LegalResources/Cuba/Laws/Cuba%20de%20la%20inversi%C3%B3n%20Extranjera%201995.pdf> acessado dia 31/10/2018 as 13:24

<sup>20</sup> [https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Pages/tsra\\_info.aspx](https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Pages/tsra_info.aspx) acessado dia 30/10/2018 ás 20:12.

*licenses issued by the United States Government, except that the requirements of such one-year licenses shall be no more restrictive than general licenses administered by the Department of the Treasury.”*<sup>21</sup>

Com George W. Bush na presidência dos Estados Unidos, em 2004 foi criada a Comissão de Assistência a uma Cuba Livre cujo objetivo é limitar os cubanos residentes no território norte-americano a viajarem para Cuba apenas por um período de 14 dias a cada três anos. E caso os cubanos obtivessem autorização para retornar a ilha para visita, não poderiam gastar mais do que \$50 por dia. Já os cidadãos norte-americanos não sofriam nenhum tipo de restrição caso quisesse viajar a Cuba (SARTORI, 2016).

O governo da Venezuela firmou um acordo de trocas comerciais com Cuba. A Venezuela abasteceu Cuba, assumindo o papel da ex União Soviética e em troca a ilha cedeu para o Estado venezuelano médicos e uma equipe técnica para dar suporte ao governo. Essas trocas acabaram colocando a Venezuela como principal parceiro de Cuba (SARTORI, 2016).

Ainda no mesmo ano, Cuba e China se aproximam com interesses econômicos. Os cubanos abriram seu Estado para instalação de empresas chinesas e a firmação de dezesseis protocolos comerciais que acabaram impulsionando Cuba economicamente. Já em 2005, Cuba faz um acordo que aos olhos dos Estados Unidos foi visto como uma ofensa. Esse acordo é com o Mercosul, no qual a ilha concede benefícios tarifários para estimular trocas de mercadorias entre as regiões. Os norte-americanos começaram a perceber que o embargo instaurado por eles já não tinha a mesma força quanto antigamente. (SARTORI, 2016)

Em 18 de fevereiro de 2008, Fidel Castro deixa o cargo de presidente de Cuba por questões de saúde, após renunciá-lo e passa-o para seu irmão Raul Castro que assume em 24 de fevereiro de 2008. Raúl efetuou reformas no ministério, retirou Carlos Lage da vice-presidência e onze pessoas que colaboravam com seu irmão Fidel. Também evitou atentado e golpes contra Cuba e ficou a frente das relações de cooperação externa, agindo juntamente

---

<sup>21</sup> “A seção 906 do *Trade Sanctions Reform and Export Enhancement Act* exige ainda que a exportação de produtos agrícolas, medicamentos ou dispositivos médicos para Cuba ou a um governo de um Estado que tenha sido determinado pelo Secretário de Estado, de acordo com a seção 620<sup>a</sup> da lei de assistência externa de 1961 (22 U.S.C. 2371), seção 6 (j) (1) do Ato da Administração de Exportação de 1979 (50 U.S.C. app. 2405(j)(1)), ou seção 40 (d) do Ato do Controle de Exportação de Armas (22 U.S.C. 2780(d)), ter prestado apoio repetidamente para atos de terrorismo internacional, ou para qualquer outra entidade em tal país, somente deverá ser feita de acordo com as licenças de um ano emitidas pelo Governo dos Estados Unidos, exceto que as exigências de tal ato. As licenças anuais não serão mais restritivas do que as licenças gerais administradas pelo Departamento do Tesouro.” Tradução autoria própria.

com os Estados Unidos para assegurar questões de segurança internacional. (SARTORI, 2010)

“Há uma discreta, mas eficiente, colaboração entre os militares de Cuba e Estados Unidos, principalmente no que diz respeito ao combate ao tráfico de drogas no Caribe. Os dois países também trabalharam em conjunto em questões de segurança internacional. Por exemplo, não houve oposição cubana à instalação em Guantánamo dos suspeitos de terrorismo, e as autoridades chegaram a afirmar que eventuais fugitivos seriam devolvidos à base. Tampouco foram feitas críticas com relação à missão de estabilização da ONU no Haiti – Havana entende que uma crise no país teria impactos negativos para toda a região, em função de migrações de refugiados e instabilidade política.” Santoro (*apud* LATELL, 2005 p.245-246)

### 3.2. Governo Obama

Ainda em 2008, nos Estados Unidos, George W. Bush deixa o cargo de presidente e Barack Obama o substitui. Obama foi eleito senador do Estado de Illinois em 1996 até 2004, após ser eleito para o Congresso. Nesse período buscou envolver-se em questões de segurança contra o terrorismo, saúde e educação com o intuito de compreender como a política internacional funciona. Em 2006 o seu partido, Democratas, começou a planejar quem ia lançar como candidato a presidência em 2008. Foi então que restaram como possíveis candidatos Barack Obama, Hillary Clinton e John Kerry (FINGUERUT, 2014).

O que fez com que Barack Obama fosse escolhido como candidato a presidência pelo partido Democratas foram as suas propostas que apresentaram diferenciais dos demais possíveis candidatos. Primeiramente, buscou enfatizar a sua história de vida, ele buscou cativar os eleitores com um discurso que abrangia o sentimento de mudança e esperança através da frase que virou sua marca: “*Yes, we can*” (FINGUERUT, 2014).

Em 4 de novembro de 2008 Barack Obama vence as eleições presidenciais dos Estados Unidos e assume o seu primeiro mandato em 20 de janeiro de 2009 dando início a era Obama. Barack Obama é o primeiro presidente negro dos Estados Unidos e nos seus discursos e para ele, o único jeito de solucionar os problemas que afetam toda população estadunidense seria se houvesse a união entre brancos e negros (FINGUERUT, 2014).

Ao assumir o governo, o novo presidente norte-americano tinha que tentar solucionar uma série de dificuldades. Já que o mundo estava passando por uma crise que marcou a história, além de tentar tirar suas tropas de dentro do Iraque em função da Guerra do Iraque, a retirada total só aconteceu no ano de 2011. Barack Obama também quis lidar com a América Latina e os imigrantes latino-americanos residentes ilegalmente no Estado norte-americano (SARTORI, 2016)

Com relação a Cuba, o presidente tratou de enfatizar a questão das viagens feitas à ilha, mais liberdade de expressão e imprensa. Além de retomar as relações diplomáticas com a ilha após quase 50 anos afastados. Principalmente, com a saída de Fidel Castro do poder e o seu irmão assumindo o governo, isso acabou facilitando o reatamento diplomático entre os dois Estados.

Em 20 de março de 2016, Barack Obama visita Cuba, esse acontecimento acabou sendo um marco histórico. Já que, é o primeiro presidente a ir à ilha desde um longo período de 88 anos. Essa visita representa um novo marco político entre os dois Estados. Especialmente, porque os Estados Latino-Americanos estavam cobrando do presidente norte-americano negociações com a ilha cubana, sejam elas através de organizações como OEA e ONU, ou diretamente entre os dois Estados. Pois, com o passar dos anos, os Estados deixaram de apoiar os Estados Unidos na decisão de manter o embargo. Principalmente, após a reaproximação entre Cuba e Estados Unidos no ano de 2014, a comunidade internacional tinha a esperança que o embargo econômico finalmente deixasse de existir a após mais 50 anos instituído em Cuba. (ALMEIDA, 2017)

Em várias reuniões da assembleia geral da ONU, Cuba apresentou sua resolução solicitando o fim ao embargo. Ela foi aprovada 24 vezes por outros Estados e todas às vezes os Estados Unidos votou contra. Finalmente, em 2016 após uma nova tentativa de Cuba, o Estado norte-americano absteve-se pela primeira vez, gerando um sentimento de esperança entre os demais Estados que almejava eliminar o que é considerado um “vestígio da Guerra Fria”.

Outro fato a ser levado em consideração é a preocupação dos norte-americanos com a ascensão comercial da China que já é uma potência e o seu apoio a Cuba. Os Estados Unidos está buscando manter sua hegemonia, sabendo que a ilha cubana localiza-se numa região o

Caribe que é disputada entre os norte-americanos e os chineses graças ao seu “eixo logístico”. Apesar do apoio dos Estados para o fim do embargo, esta decisão não cabe ao presidente Obama e sim ao parlamento dos Estados Unidos. (ALMEIDA, 2017)

Segundo Almeida (*apud* LIMA, 2014, P.2):

“Ao mudar a política para Cuba, Obama reconheceu o óbvio. As restrições impostas à ilha são mais prejudiciais à população do que ao regime castrista. Por isso, negócios, investimentos e transações financeiras com Cuba serão facilitados, assim como a obtenção de equipamentos eletrônicos, o que certamente ampliaria o acesso à internet no país caribenho, hoje precário.”

“A idéia do presidente americano é levantar o embargo econômico de vez e restabelecer as relações comerciais e turísticas com Cuba. Aos poucos, ele tenta avançar nesse sentido – e a visita à ilha é um passo crucial para isso.”<sup>22</sup>

Segundo Cotrim (2016) numa entrevista que fez com um cubano dono de uma pousada em janeiro de 2015:

**“Os Estados Unidos sempre agrediram Cuba, com atentados, mortes. Agora, os americanos querem investir em Cuba urgentemente, e eles têm mais dinheiro que todos os espanhóis juntos... e Cuba precisa estar atenta porque o turismo americano é diferente; o empresário americano é diferente, é muito mais perverso. Então os cubanos estão atentos, porque não quer dizer que com uma embaixada em Cuba e com o turismo, os Estados Unidos vão deixar de nos agredir.”**<sup>23</sup>

Essa entrevista alerta que a população cubana está desconfiada das intenções norte-americanas. Já que, os Estados Unidos buscou de todas as formas possíveis isolarem Cuba do resto do mundo. E agora, estão querendo a retomada das relações e investir dentro da ilha. Apesar dessa “boa vontade” vinda do lado norte-americano, não se pode passar uma borracha no passado de um conflito que durou mais de 50 anos, mexeu e mexe com toda história de um Estado que está sentindo as consequências desse ato vindo dos Estados Unidos até os dias atuais.

<sup>22</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160320\\_visita\\_obama\\_cuba\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160320_visita_obama_cuba_rm) acessado 07/11/2018 às 12:18

<sup>23</sup> [repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim\\_AmandaBarbosaXavier\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim_AmandaBarbosaXavier_M.pdf) p.203 acessado 06/11/2018 às 12:25



### 3.3. Aproximação entre Estados Unidos e Cuba no governo Obama

Quando falamos de política externa, primeiramente, temos que definir o que é a Política Externa.

Segundo Silva (*apud* WILHELMY, 1988) define o termo Política Externa como:

“A política exterior projeta para outros Estados aspectos relevantes da política interna de um Estado. Em segundo lugar, a política exterior contém às reações estatais as condições (estruturas e processos) prevalecentes no sistema internacional, transmitindo algumas delas aos agentes políticos internos.”.

Os Estados Unidos e Cuba têm visões diferentes ao se inserirem no cenário internacional. A ilha cubana usa do Estado como principal ator na hora de fazer sua política externa, apesar de contar com outros atores. E Celso Lafer (2000) afirma que o Estado vai agir como um mediador entre as suas instituições com a sociedade civil e entre a sociedade e o mundo externo. Para garantir que as necessidades internas sejam levadas em consideração no sistema internacional.

Segundo Putnam (2010) define a política externa como “Jogos de dois níveis” o nível nacional e o nível internacional. O primeiro nível, os atores domésticos vão fazer com que os seus interesses e necessidades sejam satisfeitos. Para isso, vão cobrar do governo, que vai através dos políticos fazer um intermédio entre eles. Já no segundo nível, o governo tenta maximizar os interesses e as necessidades internas, enquanto atende as vontades externas. Sendo assim o Estado age como um intermédio entre os interesses internos e os externos.

Outro ator que teve papel fundamental na política externa para retomada das diplomacias entre Cuba e os Estados Unidos foi o Papa Francisco I, que atuou como mediador entre as duas nações. Francisco I escreveu pessoalmente aos dois presidentes Barack Obama e Raul Castro para lidar e resolver questões que envolviam os presos mantidos nos dois Estados.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/17/internacional/1418825186\\_663350.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/17/internacional/1418825186_663350.html) acessado 06/11/2018 às 23:32.

Em 2013 começaram no Canadá as negociações para o restabelecimento da diplomacia e em 2014 a última reunião decisiva foi dentro do Vaticano, no qual o papa Francisco I disponibilizou e incentivou os dois Estados a resolverem o fim o embargo. Até que finalmente, no dia 17 de dezembro de 2014 os dois Estados fizeram um pronunciamento via televisão que estariam restabelecendo as relações e anunciaram a reabertura da embaixada dos Estados Unidos em Havana, assim como o fim de algumas das restrições impostas a Cuba na época do embargo.<sup>25</sup>

De acordo com Sartori (2016 *apud* PRIMEIRA, 2014) Discurso de Raúl Castro após a decisão de reatamento diplomático:

“Resultado de um diálogo no mais alto nível, que incluiu uma conversa telefônica que tive ontem com o presidente Barack Obama, foi possível avançar na solução de alguns assuntos de interesse para ambas as nações. Acordamos o restabelecimento das relações diplomáticas”

Segundo Cotrim (2016) numa entrevista feita com o jornalista Ariel Tererro em 2014:

“Obama já havia dito em campanha presidencial que queria outra relação com Cuba. O que temos que ver é quais são as intenções reais dos EUA. **Temos contas econômicas e históricas! Cuba não é ingênua.** Os EUA vão entrar em Cuba à medida que Cuba permitir e com o devido **respeito**, não vão entrar **livremente** como pensam alguns (...). A retomada das relações diplomáticas tem **uma importância histórica, porque os EUA perseguem Cuba há décadas**; trataram de **converter** Cuba a uma colônia, depois da independência. **Impôs** todos os bloqueios: econômico, financeiro, bancário, e o **bloqueio sobre a percepção mundial.** **Obama** reconheceu que essa política foi um fracasso. Temos que buscar um mecanismo de convivência. É um processo difícil, mas deu-se o primeiro passo. Depois de tanto tempo **é evidente que a retomada das relações diplomáticas é muito importante.** **Ah, é preciso que se diga que em Cuba há muito cinema americano (ri).** O bloqueio é do outro lado”<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Entrevista feita pela COTRIM (2016) com o jornalista Ariel Terrero, após o anuncio da retomada de relações diplomáticas entre os dois Estados. Disponível em [repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim\\_AmandaBarbosaXavier\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim_AmandaBarbosaXavier_M.pdf) p.200 acessado dia 07/11/2018 às 9:48

O presidente Barack Obama, admitiu que o embargo econômico não está mais funcionando e que quer melhorar as relações com Cuba. Mas, diferentemente do passado, Cuba não vai mais permitir outra perseguição vinda do lado americano e nem deixá-los agirem como bem entenderem. E ao dizer que eles têm “contas econômicas e históricas” o jornalista afirma que são históricas por causa da dependência de Cuba através da Ementa Platt, após os norte-americanos ajudar os cubanos contra a Espanha. Ele relata que a ilha virou uma “*neocolônia*” norte-americana e as contas econômicas está se referindo ao embargo instituído.

“As contas históricas são as contas do período neocolonial, em que o país ficou sujeito ao governo americano e teve suas riquezas exploradas. Aí, podemos encontrar os sentidos de soberania nacional, que borbulham das falas de alguns cubanos e, principalmente, do discurso visual da cidade de Havana, que carrega dizeres como “pátria”, “resistência” em seus vãos. As contas históricas são incontabilizáveis, o que é diferente das contas econômicas, as quais possuem cifras. Elas são simbólicas e políticas, talvez essa conta nunca feche. Mas antes é preciso dar espaço ao bloqueio, que surge quando Ariel se refere às contas econômicas.” (COTRIM, 2016, p. 201)

Com base nas entrevistas mostradas, nota-se que os cubanos estão abertos para negociarem com os americanos. Mas, isso não extingue a preocupação que eles têm com as ações por trás das intenções norte-americanas. Pois, por mais “boas” e “pacíficas” que sejam as intenções do presidente Barack Obama, apenas as suas ações vão mostrar quais os reais objetivos por trás da decisão do reatamento diplomático.

Tais ações mostram que os Estados Unidos não deixou de vigiar a ilha. Pois, em 2013 foi descoberto um site de relacionamento batizado de *ZunZuneo*, que era uma tipo de *Twitter* criado por um funcionário do governo norte-americano chamado Joe Mcspedon, para monitorar os acessos a sites vindo do lado cubano, quais eram os mais acessados, o que eles mais gostavam de fazer e a partir dessas informações os norte-americanos elaboravam a sua análise política (COTRIM, 2016).

Outro ponto que é importante ressaltar é que ao que parece os cubanos não vão deixar o socialismo, apesar dos investimentos vindos do Estado capitalista norte-americano. Como é mostrado na entrevista de Cotrim (2016) com Luis Fernandes aposentado pelas Forças Revolucionárias:

“Nós cubanos estamos preparados para recebermos os americanos em **nosso país**. **Devemos ficar atentos**, como estamos, pois, ao dar um abraço em um amigo, **podemos ser feridos pelas costas**. Disso **Cuba está consciente**. Não vamos retroceder. Quem não vive em Cuba pensa que nós **temos um zíper na boca** (faz o gesto), mas **os cubanos são muito críticos**. Se critica o tempo todo. Queremos agora, depois do VI Congresso do Partido Comunista, **melhorar o nosso** socialismo.”<sup>27</sup>

Segundo Sartori (2016 *apud* WHITEHOUSE, 2016) ao ser questionado sobre o porque dessa reaproximação ter acontecido somente agora, o presidente Barack Obama respondeu: “Existe uma resposta simples: o que os Estados Unidos estavam fazendo não estava funcionando. Precisamos ter a coragem de admitir essa verdade. Uma política de isolamento criada para a Guerra Fria fazia pouco sentido no século 21”.

Com isso, o presidente norte-americano admite a ineficiência do embargo para os dias atuais, e que busca uma política baseada na conciliação e não da imposição, que era o que acontecia através do embargo. Ainda enfatiza que os norte-americanos não são capacitados para obrigar os cubanos a mudarem, isso deve vir por parte deles - Cuba-. Fazendo-os aderirem ao sistema político e econômico norte-americano. E defende cada Estado a ter seu próprio modelo político-econômico. (SARTORI, 2016)

Sobre a questão dos direitos humanos, os Estados Unidos pregam um discurso baseado nos direitos humanos. Mas, como eles podem promover a defesa dos direitos humanos e ao mesmo tempo negá-los a Cuba através do embargo. A partir disso Barack Obama admite que os Estados Unidos falhou com Cuba e defende a democracia como forma de solucionar esse problema. No seu discurso Barack Obama encoraja os cubanos a terem o poder de escolha em relação a qual o futuro que eles querem para Cuba.

De acordo com Sartori (2016) parte do discurso do presidente Barack Obama em relação ao embargo:

---

<sup>27</sup> repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/.../1/Cotrim\_AmandaBarbosaXavier\_M.pdf  
p.206 acessado 07/11/2018 às 11:00

“Nem o povo americano, nem o povo cubano são bem servidos por uma política rígida que está enraizada em eventos que ocorreram antes da maioria de nós nascer. Considere que por mais de 35 anos, nós tivemos relações com a China - um país muito maior também governado por um Partido Comunista. Quase duas décadas atrás, restabelecemos as relações com o Vietnã, onde travamos uma guerra que reivindicou mais americanos do que qualquer confronto com a Guerra Fria.”

Sendo assim, se os Estados Unidos mantêm relações com outros Estados ditos comunistas, não faz sentido apenas Cuba sofrer sanções por ter adotado o regime da ex União Soviética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo responder a seguinte questão: Reatamento diplomático entre Cuba e Estados Unidos: realismo estratégico ou conveniência idealista. Para responder foi necessário a análise de todo processo histórico e a política externa norte-americana voltada á Cuba durante a Guerra Fria até o fim da era Obama.

O cenário da Guerra Fria e a disputa hegemônica entre os norte-americanos e os soviéticos colaboraram para o distanciamento de Cuba e os Estados Unidos, colaborando para uma aliança com os soviéticos. A constante ameaça e o medo de uma disputa nuclear que pudesse levar a destruição mundial, principalmente, com o episódio da Crise dos mísseis deixaram o mundo em alerta sobre a incerteza de uma possível trégua entre as duas potências da época.

Com a Revolução Cubana, Cuba passa adotar o socialismo graças ao golpe que resultou na queda de Fulgêncio Batista do poder e a ascensão de Fidel Castro. Esse episódio estreitou os laços entre a União Soviética e Cuba e causou um sentimento de revolta nos Estados Unidos que iam contra o sistema propagado pelos soviéticos.

O embargo econômico instituído pelos norte-americanos acabou isolando a ilha cubana do resto do mundo, causando prejuízos até os dias atuais, já que, os Estados Unidos não pouparam esforços na tentativa de fazer com que Cuba deixasse o socialismo de lado, cercando a ilha e causando o bloqueio econômico que gera prejuízos incalculáveis tanto a econômica cubana quanto a população que habita a ilha.

O termino da Guerra Fria afetou ainda mais a ilha. Com a queda da União Soviética, Cuba perde seu principal parceiro econômico e comercial. Então, a partir daí a ilha cubana teve que tentar sobreviver sem a ajuda da agora ex União Soviética no mundo onde o sistema capitalista passou a doutrinar. Para isso, Cuba buscou novos parceiros comerciais e se aliou com a China e Venezuela. Também abriu seu país para o turismo, que acabou se tornando sua principal forma de captar dinheiro. Principalmente, dólares americanos vindos dos turistas que visitavam a ilha. Já que, graças ao embargo eles não podiam comprá-los diretamente dos Estados Unidos.

Com a queda da União Soviética, os Estados Unidos assumem como principal potência hegemônica mundial e instituem de vez o sistema capitalista no mundo. O declínio dos soviéticos também representa o fim do principal inimigo norte-americano e o perigo que ele representava. Entretanto, mesmo com a queda da União Soviética e o seu sistema socialista, os Estados Unidos optou por continuar a manter o embargo econômico em Cuba.

Após o presidente Barack Obama vencer as eleições e assumir o comando do país norte-americano, o novo presidente demonstrou o interesse de fazer uma política externa diferente da que os ex-presidentes que passaram pela Casa Branca tinham em relação a Cuba. Com uma política externa considerada mais “amigável”, Obama queria a reaproximação dos dois países e o fim gradativamente do embargo econômico, restabelecendo as relações diplomáticas entre os dois países depois de mais de cinquenta anos afastados.

Após reuniões com Raul Castro, que assumiu o governo de Cuba em 2008 e a importante ajuda vinda do Vaticano, como mediador para realização desses encontros, os dois presidentes fazem o pronunciamento em conjunto do restabelecimento de relações, inclusive comerciais entre os dois países. Causando um novo e importante marco histórico no mundo, acendendo a esperança de muitos cubanos que habitam um dos dois países e acabando no que é considerado pelo presidente norte-americano como o último vestígio da Guerra Fria.

Continuar com o embargo já não fazia mais sentido para Barack Obama que admitiu publicamente que já não surtia mais tanto efeito quanto causava no começo manter o embargo e defendeu a liberdade para os cubanos e a construção de um futuro baseado em esperança entre as duas nações. Afinal, se a razão para tal medida adotada durante a Guerra Fria era por causa do comunismo, com a queda da União Soviética e a ascensão norte-americana o embargo econômico deveria ter declinado junto. Além disso, os Estados Unidos mantêm relações com outros Estados comunistas, como por exemplo, a China, então não faz mais sentido apenas Cuba sofrer as sanções provenientes da época da Guerra Fria.

Ao analisar todo cenário existente entre os dois países e a política externa de Barack Obama, chego à conclusão que a resposta para pergunta que me fez escrever este projeto é: Idealismo Convencional. Pois, primeiramente o presidente norte-americano buscou um viés político relacionado a Cuba diferente de todos os ex-presidentes que passaram pelos Estados Unidos, buscando normalizar as relações entre os dois países amigavelmente e tentar por um

fim ao embargo (já que a decisão não depende só dele), Cuba já não representa uma possível ameaça desde a queda da União Soviética, os Estados Unidos possui aliados e estabeleceu relações com outros Estados que adotam um sistema político diferente do norte-americano, o presidente norte-americano admitiu que o embargo econômico ferem os Direitos Humanos que é tanto pregado e defendido pelos norte-americanos, não só o Papa como outros Estados querem o fim do embargo que já teve a resolução na ONU aprovada pela maioria dos Estados membros, nas vezes que Cuba a colocou em pauta e foi negada pelos Estados Unidos, até que pela primeira vez ele se absteve no ano de 2016. A embaixadora Samantha Power admitiu no discurso<sup>28</sup> na ONU que essa medida isolava mais os Estados Unidos do que a Cuba e por fim, a reaproximação entre os dois Estados, vai agregar mais benefícios a Cuba, do que Cuba vai trazer para os Estados Unidos.

Sendo assim, a teoria que melhor se encaixa para explicar a decisão de Barack Obama ao reatar as relações é a teoria idealista. Pois, todos os acontecimentos provenientes da Guerra Fria até após o embargo foram por causa das alianças entre os Estados, o exercício da diplomacia em segredo e a constante busca de poder. O presidente norte-americano exerce uma diplomacia conciliadora, defendendo a liberdade de Cuba e vê o embargo americano como algo obsoleto nos dias atuais, já que Cuba não é uma ameaça a hegemonia dos Estados Unidos, a União Soviética caiu, os Castros continuam no governo cubano, os norte-americanos mantêm relações com Estados que possuem um sistema político e econômico diferente do dele.

---

<sup>28</sup> <https://www.dn.pt/mundo/interior/onu-eua-abstem-se-em-resolucao-sobre-levantamento-de-embargo-a-cuba-5464759.html>



## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Jaqueline Ganzert. **American way of life na reconstrução da europa no pós-guerra**. Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, n. 20, v. 1, p. 218-252, 2015

ALMEIDA, Domingos. **Cuba recibe a Obama en 2016: a reaproximação diplomática entre os Estados Unidos e Cuba na perspectiva da telesur**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2017.

AYERBE, Luis Fernando. **Os Estados Unidos e a América Latica: a construção da hegemonia**. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

BARNABE, Gabriel Ribeiro. **As Relações Internacionais no pensamento de Thomas Hobbes**. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/philosophos/article/view/10034/8112>> acesso em 12/09/2018 as 12:45

BARNABE, Israel Roberto. **Hobbes e a teoria classica das Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/viewfile/2350/2522>> acesso em 13/09/2018 ás 19:11

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CARR, E. H. **The twenty years crisis 1919-1939**. Londres: Macmillan Pres, 1981.

CARVALHO Thiago Oliveira. **Cuba no pós-guerra fria: crise, reformas e consolidação do modelo socialista**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de economia e relações internacionais, 2015.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília. Fundação Alexandre De Gusmão, 2012

COTRIM, Amanda. **Os discursos sobre Cuba: imprensa, vozes e memória (da atualização do modelo econômico á retomada das relações diplomáticas com os EUA:201/2015)**. Unicamp, Campinas- São Paulo, 2016.

DA SILVA Marcos Antonio e JOHSON Giullermo. **Cuba e a América Latina no pós-guerra: inserção regional e diplomacia social**. Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN. Volume 11 | número 2 | 2010

DA SILVEIRA, Fernando Lang. **Teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental**.

DE LACERDA, Gustavo Biscaia. **Algumas teorias das Relações Internacionais: realismo, idealismo e grocianismo**. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/87/61>> acesso em 14/09/2018 as 9:30

DE OLIVEIRA, Marcelo; GERALDELLO, Camilla. **Maquiavel, os realistas e a política internacional**. Edição Quadrimestral, Ed.1, Vol 2, 2013.

Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/~lang/Textos/KANT.pdf>> Acesso dia 10/09/2018 as 7:50

DUDLEY, Will. **Understanding german idealism**. ACUMEN, 2007.

FEITOSA, Emilly Couto. “**período especial em tempos de paz**”: **revolução cubana em debate**. História: Debates e Tendências – v. 10, n. 1, jan./jun. 2010, p. 35-52.

FINGUERUT, Ariel. **Entre George W. Bush (2000-2008) e Barack H. Obama (2009): a efetividade da nova direita no consenso político norte-americano**. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

GROTIUS, H. War, peace and the law of the nations. In: VIOTTI, P. R.;KAUPPI, M. V. **International relations theory: realism, pluralism, globalism**. Nova York: Macmillan Press, 1993.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Ícone, 2000.

LESSA, Antônio Carlos. **Cuba na OEA**. Meridiano 47; Brasília Vol. 10, Ed 107, p. 14-15, Jun 2009.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MORE, T. **A utopia**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Funag/Ipri/edunb, 2003.

PÁDUA, M. **O defensor da paz**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003. Disponível em <http://www.cebri.com.br/midia/documentos/apoliticaexternadoseua.pdf>

PINHEIRO, Ana; ROMEIRO, Anna; FRANCE, Guilherme; ALVES, Louise; DE OLIVEIRA, Rodrigo; DOS SANTOS, Ruan. **O ontem e o hoje: o processo de transformação da OTAN no pos Guerra Fria**. Cadernos de relações internacionais, v. 6, n.2, 2012

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. International Organization. Boston, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

SAINT-PIERRE, A. **Projeto para tornar perpétua a paz na Europa**. Brasília: Funag/Ipri/edunb, 2003.

SANTORO, Maurício. **Cuba após a guerra fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA.** Revista Brasileira de Política Internacional. Volume 53, número 1. Brasília Jan/Jul 2010. [http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000100007#nt01](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100007#nt01) acessado 03/11/2018 às 16:13.

SANTOS, Giselle Cristina. **A representação da crise do período especial na obra *trilogia suja de havana*.** Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, N°. 17, p. 139-168, jul./dez. 2014.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo, Saraiva, 2005.

SARTORI, Juliana. **As relações entre Estados Unidos e Cuba no governo Obama: fatores significativos para reaproximação entre os dois países.** Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, Marcos. **Revolução e política externa: os fundamentos e tensões da política externa de Cuba.** 2013 <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/19800/14708> acessado 06/11/2018 às 9:47.

TUCÍDIDES, **História da Guerra do Peloponeso.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.